

Resolução Política

XI ASSEMBLEIA

DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE AVEIRO

ORGANIZAR – LUTAR – AVANÇAR

19 de Março de 2022
Museu Marítimo de Ílhavo



Índice

| | |
|--|----|
| Introdução | 3 |
| 1 - A situação económica e social do distrito | 5 |
| 1.1 – Os trabalhadores e o povo | 5 |
| 1.2 – Micro, Pequenas e Médias Empresas | 7 |
| 1.3 – Agricultura e floresta | 7 |
| 1.4 - Pesca | 9 |
| 1.5 – Serviços públicos e funções económicas e sociais do Estado | 10 |
| 1.5.1 - Saúde | 12 |
| 1.5.2 - Educação | 14 |
| 1.5.3 – Ciência e ensino superior | 16 |
| 1.5.4 - Habitação | 17 |
| 1.5.5 – Transportes e acessibilidades | 19 |
| 1.5.6 - Cultura | 20 |
| 1.5.7 - Desporto | 22 |
| 1.6 – Água e saneamento | 22 |
| 1.7 Ambiente | 23 |
| 2 – Luta de massas | 25 |
| 2.1 – Luta da classe operária e dos trabalhadores | 26 |
| 2.2 – Luta dos utentes e das populações | 27 |
| 2.3 – Luta da juventude | 28 |
| 2.4 – Outros sectores e camadas | 29 |
| 2.4.1 - Mulheres | 29 |
| 2.4.2 – Movimento camponês | 30 |
| 2.4.3 – Reformados, pensionistas e idosos | 30 |
| 2.4.4 - URAP | 31 |
| 3 – Balanço da Actividade | 31 |
| 3.1 – Iniciativa e partidária | 31 |
| 3.1.1. - Iniciativa institucional | 31 |
| 3.1.2 – Iniciativas do Partido | 32 |
| 3.2 - Eleições | 33 |
| 4 – O Partido | 34 |
| 4.1 - Organização | 34 |
| 4.1.1 - Caracterização | 34 |
| 4.1.2 – Organização nas empresas e locais de trabalho | 34 |
| 4.1.3 - Militância | 35 |
| 4.2 – Direcção | 36 |
| 4.2.1 – Funcionamento dos organismos | 36 |
| 4.2.2 – As organizações de base | 37 |
| 4.2.3 – Frentes de trabalho prioritárias | 37 |
| 4.2.3.1 - Sindical | 37 |

| | |
|---|----|
| 4.2.3.2 – Autarquias locais | 38 |
| 4.2.3.3 – Reformados e pensionistas | 38 |
| 4.2.3.4 - Mulheres | 38 |
| 4.2.3.5 - Utentes | 39 |
| 4.3 – Recrutamento, integração e responsabilização de quadros | 39 |
| 4.4.O apoio à JCP e a intervenção junto da juventude | 40 |
| 4.5 – Informação e propaganda | 40 |
| 4.6 – Imprensa partidária | 42 |
| 4.7 – Património e meios financeiros | 42 |
| Anexos | 44 |

Introdução

Assembleia da Organização Regional de Aveiro realiza-se cinco anos após a X Assembleia, atraso que se justifica pela intensidade das tarefas com que o Partido foi confrontado, particularmente nos últimos dois anos, pelo contexto de situação epidémica e das necessidades por ela imposta de resposta e de resistência ao seu aproveitamento para o ataque aos direitos laborais, sociais e políticos.

A realidade com que Portugal está hoje confrontado é reflexo de décadas de política de direita e do processo de integração capitalista na União Europeia. As consequências estão à vista: elevado endividamento e défice externos; desequilíbrio das contas públicas e a insustentabilidade da dívida pública; redução do investimento público; agravamento dos défices produtivo, tecnológico, de capital e demográfico; fragilização do tecido económico, descapitalização de empresas, destruição e drenagem de capital para o exterior; perda do controlo nacional de sectores e empresas estratégicas; desemprego, desvalorização salarial, precarização do emprego e empobrecimento; dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais; desequilíbrios territoriais; degradação ambiental e crescente mercantilização da natureza; domínio ideológico exercido pelo grande capital, em que se insere a concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social; pela promiscuidade entre público-privado e a crescente subordinação do poder político ao poder económico. Os últimos dois anos ficaram fortemente marcados pelo aproveitamento da epidemia para cortar direitos e limitar liberdades.

A nova fase da vida política nacional reflectiu um quadro contraditório de possibilidades de concretização de avanços, ao mesmo tempo que se encontrava entaves a avanços mais decisivos e indispensáveis para os país e trabalhadores. O Governo do PS manteve, em aspectos centrais, uma identificação e desenvolvimento de opções e orientações inerentes à política de direita, designadamente quanto à submissão às imposições externas, em particular da União Europeia, e aos interesses de classe do grande capital.

Nesse período, a luta do povo e dos trabalhadores, conjugada com a intervenção do PCP e com a sua determinação em não desperdiçar nenhuma oportunidade para defender, repor e conquistar direitos, desmentiu os “impossíveis” e demonstrou que a melhoria das condições de vida, o alargamento de direitos, a valorização dos salários e das pensões, o aumento do rendimento disponível das famílias, são condições de crescimento económico, de criação de riqueza e de emprego.

Um período que mostrou também, como o PCP sempre salientou, que as soluções e a política que o país precisa para vencer os seus défices estruturais e assegurar um desenvolvimento soberano não encontram saída no espartilho das opções de classe do PS e do seu governo.

O querer fugir à solução dos principais problemas do País e à influência do PCP, que o grande capital exigia, estão na origem da convocação das eleições que se realizaram em Janeiro deste ano. Uma decisão para a qual convergiu a vontade do Presidente da República e do PS que há muito desejava encontrar e criar as condições propícias a essa fuga e à maioria absoluta.

O quadro político e a relação de forças que resultou das últimas eleições legislativas, fica marcado com a obtenção pelo PS de uma maioria absoluta, pelo avolumar das dificuldades e das resistências em dar solução e resposta aos problemas do povo e do País. Dificuldades e resistências que vinham em crescendo e se acentuaram a partir de 2019, com o segundo governo do PS de António Costa. Dificuldades e resistências inseparáveis das suas opções a favor dos grandes interesses económicos e financeiros e sua submissão à União Europeia.

É preciso uma política alternativa, patriótica e de esquerda, que enfrente e rompa com a política de direita e os interesses do grande capital, que responda cabalmente aos problemas do povo e do País, assuma a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo e assegure um Portugal com futuro.

O desenvolvimento da luta de massas e o alargamento da frente social de luta, bem como o reforço da influência política, social, ideológica e eleitoral do PCP, são indispensáveis para a construção dessa alternativa.

1 - A situação económica e social do distrito

1.1 – Os trabalhadores e o povo

Os dados oficiais do desemprego no distrito, antes da pandemia, registavam uma tendência de descida. Se em Março de 2017, data da última Assembleia, o desemprego registado, segundo o IEFP, era de 25.763 trabalhadores, em Dezembro de 2019 esse número situava-se em 18.236 - não obstante a discrepância entre os dados oficiais e a realidade concreta.

Actualmente, esse número situa-se nos 19.500 (Janeiro 2022). Durante a pandemia, o número mais elevado, segundo o IEFP, foi de 24.242 trabalhadores desempregados em Setembro de 2020, número equivalente ao desemprego registado em Abril de 2017, isto é, um retrocesso de mais de três anos.

A pandemia demonstrou que os primeiros trabalhadores afectados foram os que se encontravam em situação precária, com contratos a termo, com recurso a empresas de aluguer de mão-de-obra.

Ainda hoje essa realidade perdura. Os trabalhadores com vínculo precário continuam a ser os primeiros a ser despedidos. No mês de Janeiro, 44,4% dos desempregados que se inscreveram nos centros de emprego do distrito tinham vínculo precário

Considerando os milhares de trabalhadores que todos os meses “desaparecem “ dos dados oficiais do IEFP, a União dos Sindicatos de Aveiro, calcula que o desemprego real no distrito de Aveiro esteja próximo dos 41.000 trabalhadores desempregados!!

A precariedade confirma-se como uma ante-câmara para o desemprego. A sua eliminação é uma questão de justiça social, assim como a revogação das normas mais gravosas da legislação laboral: fim da caducidade dos contratos colectivos de trabalho e reposição do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador.

A redução do horário de trabalho para as 35 horas para todos os trabalhadores insere-se nas medidas urgentes a alcançar, promovendo o emprego, o aumento das contribuições para a Segurança Social e contribuindo para uma melhor conciliação com a vida privada e familiar.

O salário médio em Portugal está cada vez mais próximo do salário mínimo nacional, já que os aumentos dos salários em Portugal, têm sido muito reduzidos. Em 2020, o salário mínimo nacional já correspondia a 68,4% do ganho médio dos trabalhadores portugueses. É evidente que Portugal está-se a transformar num país de salários mínimos. Um exemplo paradigmático é a remuneração dos trabalhadores da Administração Pública que desde 2010 não teve qualquer subida, a não ser em 2020, com um aumento ridículo de 0,3% e 0,9% este ano.

O congelamento das remunerações da Função Pública já determinou que os quatro níveis mais baixos da Tabela Remuneratória Única tenham sido eliminados e que a remuneração base de entrada de um Assistente Operacional (com o 9º ano) seja já igual à do Assistente Técnico (com o 12º ano) que, por sua vez, se aproxima rapidamente da remuneração base de entrada de um técnico superior. É a subversão total da Tabela Remuneratória e a destruição gradual da Administração Pública, colocando em causa a sua capacidade para atrair trabalhadores competentes e altamente qualificados.

Com os baixos salários, não é de estranhar que dados de 2019 mostram que 19,8% da população portuguesa residente em Portugal está em risco de pobreza ou exclusão social. Também de 2019, as estatísticas indicam que 10% da população empregada se encontra em situação de pobreza.

No que toca às reformas e pensões, dados do Pordata actualizados em Agosto de 2021, indicam um valor mínimo mensal das pensões de velhice, invalidez e sobrevivência do regime geral da Segurança Social de 275,30 euros para todo o país.

Foi a intervenção do PCP que garantiu os aumentos extraordinários das reformas e pensões. Foi a determinação do PCP que garantiu nos últimos cinco anos que as pensões mais baixas tenham tido um aumento extraordinário entre 34 e 50 euros.

O aumento geral dos salários é, portanto, uma medida de emergência nacional, onde se inclui o aumento do salário mínimo nacional para 850€. Uma medida que permitiria uma melhoria significativa das condições de vida dos trabalhadores, contribuiria para a dinamização da economia (mais consumo, logo mais produção), para o reforço das contribuições para a Segurança Social e para a melhoria dos valores das reformas e pensões no futuro.

De igual modo, o aumento extraordinário de todas as reformas, a eliminação das penalizações assegurando a reforma por inteiro com 40 ou mais anos de descontos e repondo a idade da reforma nos 65 anos, são medidas de inteira justiça social. A par do aumento das reformas mais baixas tem de se iniciar um caminho de efectiva recuperação do poder de compra perdido ao longo destes anos das reformas e das pensões.

O aumento imediato do poder de compra, por via dos salários e pensões, assume uma importância acrescida tendo em conta a conjuntura económica actual e os já elevados índices de inflação, com tendência a agravar.

De igual modo, é urgente a valorização das medidas de protecção social, revogando os cortes e medidas restritivas impostas por PSD, CDS e *troika*.

Como tal, é urgente:

- a eliminação das normas gravosas da legislação laboral;
- a revogação da caducidade da contratação colectiva e da aplicação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- o aumento do Salário Mínimo Nacional para 850 euros, no quadro de um aumento geral dos salários;
- a aplicação das 35h de trabalho para todos os trabalhadores, sem perda de salário;
- a recuperação de poder de compra por parte dos trabalhadores da Administração Pública;
- a valorização das carreiras e das profissões;
- a consagração mínima de 25 dias úteis de férias para todos os trabalhadores;
- a garantia de creches gratuitas para todas as crianças e a construção de uma rede pública de creches;
- a reposição da universalização do abono de família enquanto direito da criança;
- o aumento do Valor do Indexante dos Apoios Sociais;
- a actualização do Complemento Solidário para Idosos, do Complemento por dependência e outras prestações sociais.
- o aumento extraordinário das pensões, garantindo a recuperação de poder de compra, incluindo as que estiveram congeladas ao longo dos últimos anos por opção do Governo PS;

- eliminar os cortes que persistem no valor das pensões nas longas carreiras contributivas;
- a construção de uma rede pública de lares;
- garantir a reforma por inteiro com 40 ou mais anos de descontos;
- a reposição da idade da reforma aos 65 anos.

1.2 - Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

Não obstante a existência de várias empresas de grande dimensão no distrito, o tecido empresarial continua a ser, na sua grande maioria, composto por micro, pequenas e médias empresas, que empregam a maioria dos trabalhadores do distrito.

O surto epidémico que atinge o País e o mundo veio expor, ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português e, em especial, as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

O Governo avançou com algumas medidas de apoio às MPME, mas que se revelam claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos dos respectivos empresários foram excluídos de qualquer apoio, ou porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou porque se encontravam fora dos critérios definidos pelo Governo – caso de milhares de sócio-gerentes-, ou ainda porque não foram abrangidos pelo programa ADAPTAR, destinado a empresas em regime de contabilidade simplificada.

O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Lay-off simplificado, que está, no entanto, a apoiar sobretudo as grandes empresas com milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas com lucros de centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, apenas 7,4% das micro-empresas obteve acesso a essa ajuda.

O PCP defende como medidas efectivas de apoio ao sector:

- o levantamento de todas as restrições colocadas às MPME no acesso aos apoios;
- a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas;
- a efectiva concretização do apoio à tesouraria destas empresas;
- a redução do preço da electricidade e dos combustíveis.

1.3 – Agricultura e Floresta

Ao nível do setor primário, confirmam-se os problemas crónicos identificados ao longo de décadas pelo PCP. Apesar dos trágicos incêndios de 2017, que tanta emoção suscitaram na sociedade, continuam por resolver as causas profundas que explicam o crescente abandono dos espaços rurais, a monocultura do eucalipto e a crescente dependência externa do país e da região relativamente a bens alimentares.

As respostas para estes problemas estão identificadas pelo PCP e traduzidas em propostas concretas, apresentadas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu pelos deputados do PCP, com o objectivo de salvaguardar e aumentar a produção nacional.

Também ao nível da agricultura e das florestas é necessário romper com décadas de políticas de direita que sempre serviram os interesses do agronegócio. A região de Aveiro, onde predomina o minifúndio, é particularmente afetada. Nos últimos 20 anos, a região viu desaparecer metade das explorações agrícolas e metade da superfície agrícola útil (SAU).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) do setor agrícola da região baixou 16% desde 1996. Apesar da Região de Aveiro constituir uma importante zona leiteira, a produção de leite, depois de ter atingido um pico em 2005, tem vindo a perder volume desde então. Nos últimos anos a produção baixou 10%, levando ao encerramento de centenas de explorações.

A Política Agrícola Comum encontra-se, neste momento, num período de reforma. Deverá ser este o momento para Portugal exigir medidas destinadas a inverter esta tendência de empobrecimento do mundo rural.

Depois da crise sanitária que fechou mercados prejudicando os pequenos agricultores, assistimos hoje a uma nova crise sem precedentes com um aumento brutal aumento dos factores de produção como os combustíveis, os fertilizantes e fitofármacos e de outras matérias-primas fundamentais para produção agrícola e para a alimentação animal.

Hoje mais do que nunca, precisamos de romper com as atuais políticas e obrigar o governo a dar resposta ao mundo rural, sob pena deste definir e desaparecer, colocando em causa a soberania alimentar do país. A região de Aveiro tem enorme potencial agrícola. Para além da produção leiteira, existem outros sectores como a batata, as hortícolas, o vinho, o leitão ou a floresta que poderiam contribuir muito mais para o desenvolvimento do distrito. Mas para isso são necessárias outras políticas e para estas é necessário um reforço do PCP.

É necessário:

- políticas de valorização da pequena e media agricultura, garantindo escoamento da produção a preços justos, privilegiando as cadeias curtas de comercialização;
- medidas específicas de apoio ao associativismo e às cooperativas para melhor organizar a produção e a comercialização;
- realizar o cadastro florestal no caso da floresta onde predomina o minifúndio e canalizar apoios que permitam viabilizar a criação de uma floresta sustentável, assegurando rendimento aos proprietários e respondendo aos desafios climáticos;
- a criação de uma rede de recolha dos sobrantes da floresta e da atividade agrícola em geral que permita rentabilizar a limpeza da floresta e reutilizar a biomassa para energias renováveis ou para compostagem;
- a revitalização e recuperação e ordenação da floresta, com a recuperação de linhas de água, cumprindo a legislação que proíbe o plantio de eucalipto nas linhas de água e minas, com o combate à erosão dos solos, com a promoção e valorização da madeira e dos seus derivados, combatendo o esmagamento do preço ao produtor;
- a defesa dos Baldios e do seu uso e gestão pelos povos;

- e urgente investimentos em infraestruturas na área do regadio, seja no Baixo Vouga, seja em outros pontos da região com elevado potencial produtivo, tendo em conta a tendência para o aumento dos períodos de seca.

1.4 - Pesca

O sector da pesca em Portugal enfrenta um conjunto diverso de condicionamentos que se têm vindo a provocar o declínio do sector, com o abandono do seu exercício por muitos dos profissionais.

Parte significativa desses constrangimentos resulta da subserviência aos grandes interesses do Capital por parte dos sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP nas negociações no âmbito da Política Comum de Pescas, de que resultaram graves efeitos negativos sobre este sector estratégico da produção nacional, impondo-lhe restrições à modernização e sustentabilidade da atividade.

Estas condições negativas têm como reflexo um acentuado desequilíbrio da balança alimentar no que concerne ao pescado. Portugal, um dos maiores consumidores de peixe a nível mundial, tem apresentado um défice da balança comercial de produtos da pesca superior a mil milhões de euros (dados do INE para os últimos quatro anos). Esta é uma consequência de décadas da política que tem conduzido ao abate de centenas de embarcações, reduzindo a capacidade instalada e colocando em causa a soberania alimentar.

De facto, uma parte muito significativa do pescado consumido em Portugal resulta de importações, verificando-se uma redução quase sistemática das capturas ao longo dos últimos 10 anos, com o valor de capturas no continente, relativo a 2020, a representar apenas 68 % das capturas registadas em 2011, não chegando a atingir as 100 mil toneladas.

De acordo com os dados mais recentes publicados pelo INE, também se reduziu em 11%, entre 2011 e 2019, o número de pescadores inscritos em portos nacionais, com a perda de 1777 trabalhadores.

Analisando a frota nacional de pesca, pode observar-se que nos últimos 10 anos se perderam, no continente, 660 embarcações, com particular incidência na pequena pesca, com embarcações com menos de 12 metros.

Este quadro resulta de um extenso conjunto de factores, tais como a falta de valorização do pescado na primeira venda em lota, a falta de apoio à perda de rendimentos em situações de paragem imposta por questões de defeso ou por contaminação dos recursos, a falta de revisão em tempo adequado das quotas de pesca, que integrem a real situação em que os *stocks* de recurso se encontram ou a deficiente oferta de formação profissional na área das pescas, entre outros.

A Ria de Aveiro é uma importante fonte de rendimentos para os pequenos pescadores e para os mariscadores. A luta e a unidade dos pescadores, nomeadamente na Torreira e na Murtosa, foram decisivas para romper com a dependência que mantinham perante um monopólio suportado na obrigatoriedade da exclusividade contratual, o que permitiu imediato uma valorização do preço de venda superior a 300% .

Actualmente, a limitação e/ou proibição de acesso a zonas da Ria, por via da introdução de embarcações de turismo e a crescente atribuição de licenças para a aquicultura, colocam riscos acrescidos à continuidade da actividade piscatória artesanal.

A arte-xávega, arte de pesca única no mundo, é hoje praticamente residual no distrito e no País. No distrito de Aveiro, estão registadas apenas nove embarcações, sendo que três estão no concelho da Murtosa, duas no concelho de Espinho, duas em Vagos e duas em Ovar. Os valores conseguidos na

primeira venda, as condições precárias nos Postos de Vendagem, ou mesmo a falta dos mesmos, aliado à falta de reconhecimento das especificidades desta arte, conduzem ao seu declínio. A falta de apoios e o avanço do mar, que diminui o areal, são factores acrescidos que contribuem para a redução do número de companhias.

O PCP defende:

- a consideração, no âmbito dos Orçamentos do Estado, da dotação orçamental necessária para reforçar o orçamento do IPMA- Instituto Português do Mar e da Atmosfera para despesas de pessoal, destinada a garantir e reforçar a investigação científica dos recursos vivos marinhos;
- a criação de um sistema de seguro público, garantido a nível nacional e comunitário, para acontecimentos imprevisíveis no sector das pescas;
- um regime de apoio à perda de rendimento dos pescadores na totalidade dos períodos prolongados de impossibilidade de exercício da profissão, quer devido a longos períodos de defeso das espécies, quer por restrições à navegabilidade devido à deficiente manutenção dos portos e barras nacionais;
- a criação de um sistema de preços mínimos na primeira venda, que garanta o rendimento dos profissionais;
- uma justa e adequada distribuição do valor acrescentado pela cadeia de valor do sector, introduzindo mecanismos, como a fixação de margens máximas de intermediação para cada agente da cadeia, valorizando os preços pagos à produção e exercendo uma contenção nos preços pagos pelo consumidor final;
- o objectivo de criação de um salário mínimo garantido, em determinados segmentos do sector, em função do tipo de pesca e de embarcação;
- a melhoria das condições de trabalho e de segurança a bordo das embarcações;
- o desenvolvimento de um programa alargado de formação para o sector da pesca, destinado a reforçar os conhecimentos e a constituir uma alternativa à atividade piscatória regular nos períodos alargados em que a pesca se encontra interdita;
- a adopção de medidas que promovam os circuitos curtos de comercialização, realçando as qualidades intrínsecas do pescado da pesca de pequena escala, apoiados em feiras, no pequeno comércio e na restauração, como forma de potenciar o valor acrescentado dos produtos da pesca locais e promover o desenvolvimento local;
- uma justa e equilibrada gestão da Ria de Aveiro, dos seus recursos marinhos, valorizando as comunidades piscatórias locais.

1.5 – Serviços Públicos e Funções económicas e sociais do Estado

Os serviços públicos são um instrumento para a concretização de direitos sociais sem os quais não é possível desenvolver o país e constituem um factor essencial de desenvolvimento, de progresso e de justiça social.

Os serviços públicos e a concretização das funções sociais do Estado, nomeadamente nas áreas da saúde, da educação, da protecção social, das comunicações, da justiça e nas forças e serviços de segurança, constituem peças fundamentais para o desenvolvimento regional e são o garante do acesso universal a cuidados e serviços essenciais para a vida dos trabalhadores e das populações. As privatizações e liberalizações, com a inerente substituição de objectivos de serviço público pelos do

lucro privado, têm-se traduzido em processos com profundas e negativas implicações para as populações e no acentuar das assimetrias regionais.

Paralelamente, a transferência de competências para os municípios nas áreas da educação, da saúde e da acção social, representa a desresponsabilização do Estado enquanto garante da igualdade de acesso de serviços essenciais a toda a população. Esta transferência de competências, mantendo o subfinanciamento que actualmente lhes é atribuído, constitui um ardil para atirar para as autarquias as incapacidades, o subfinanciamento e a insatisfação das populações, agravando ainda substancialmente as condições e a capacidade de actuação das autarquias, forçadas a retirar recursos das suas actuais atribuições.

Importa referir que, ao contrário do que o Governo quer fazer passar, este processo tem na realidade uma natureza bem diversa da anunciada desde logo porque continua a bloquear a Regionalização, em que a criação das regiões administrativas são o passo necessário para que fique completa a estrutura do Estado descentralizado que a Constituição preconiza. As Regiões serão um instrumento indispensável para promover o desenvolvimento harmonioso do território nacional, combatendo assimetrias, promovendo o melhor aproveitamento dos recursos do país para fomentar a produção nacional e a defesa e a valorização dos recursos naturais.

A continuada asfixia financeira na Justiça não só determina a manutenção das dificuldades e do incomportável custo do acesso a ela, como também as precárias condições dos parques judiciário e prisional, passando pela desvalorização profissional dos trabalhadores judiciais e pela carência de recursos humanos em todas as suas áreas .

É generalizada a falta de condições nos vários tribunais do nosso distrito, como os de Arouca, de Espinho, de Ovar, de Estarreja, de Santa Maria da Feira e de São João da Madeira que apresentam problemas graves, nomeadamente de severas infiltrações de água e falhas no sistema de aquecimento. Problemas que também se verificam no Tribunal Administrativo e Fiscal, no Tribunal de Família e Menores de Aveiro, no Juízo de Família e Menores de Oliveira do Bairro, entre outros.

Paralelamente, fruto da reorganização do mapa judiciário, muitos Tribunais perderam competências e encontram-se hoje subaproveitados no que ao espaço físico diz respeito, são disso exemplo os Tribunais de Espinho e de Vagos, obrigando as populações a fazer grandes deslocações, com os inerentes custos, para terem acesso à justiça.

A segurança dos cidadãos, inseparável do exercício das suas liberdades, exige uma forte aposta na prevenção e no policiamento de proximidade, com um corpo de efectivos adequado que assegure a presença física dos agentes junto da população.

A realidade no nosso Distrito demonstra que faltam efectivos suficientes e meios adequados, nomeadamente escassez de viaturas e degradação de muitas instalações .

A privatização da empresa CTT, executada pela governação PSD/CDS com o único objetivo de a entregar aos grandes grupos económicos com interesse no acesso à banca, deixou as populações sem a garantia e sem a segurança da frequência, qualidade e universalidade da prestação do serviço público postal.

A gestão privada dos CTT compromete o dever da prestação e a qualidade do serviço público postal, que é fundamental para a economia e coesão social e territorial.

Na nossa região, as consequências da privatização dos CTT estão à vista: encerramento de vários balcões, de que são exemplo no concelho de Ovar os de Válega, Maceda, São Vicente de Pereira Jusã e, inclusive, na sede do concelho; em Lobão e Paços de Brandão, no município de Santa Maria da Feira; Barrosinhas, em Águeda; o balcão da Universidade de Aveiro; acresce que faltam

trabalhadores, o que leva a atrasos na entrega de correspondência e encomendas e longas filas para o atendimento.

O Instituto da Segurança Social sofreu, ao longo de vários anos, uma redução significativa de trabalhadores.

Esta sangria de trabalhadores levou a uma drástica diminuição da capacidade de resposta dos serviços da Segurança Social, com consequências para os utentes – tanto nos atrasos na atribuição das pensões e outras prestações sociais, mas também na demora no atendimento.

É fundamental:

- a defesa e reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado;
- a defesa do regime democrático e do cumprimento da Constituição da República Portuguesa, aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias e concretização de uma justiça independente e acessível a todos;
- a reorganização e ajuste do parque judiciário e prisional, valorizando e aproveitando o espaço público, promovendo as obras e a reabilitação do edificado, garantindo o melhor aproveitamento dos recursos e as adequadas condições de trabalho para os seus profissionais;
- a valorização dos trabalhadores da Justiça, com o reforço de efectivos e promovendo a revisão do Estatuto do Funcionário Judicial;
- a defesa de um sistema de Segurança Social Público e Universal;
- a contratação de mais trabalhadores, reforçar os serviços da Segurança Social e garantir que esta tem todas as condições para cumprir as funções que lhes estão atribuídas;
- a reversão da privatização e recuperação do controlo público dos CTT;
- o reforço dos recursos e meios materiais e humanos, reforçando a capacidade de resposta operacional das forças de segurança.

1.5.1- Saúde

Os últimos anos foram caracterizados, na área da saúde, pelo agudizar da luta entre quem defende que cabe ao Estado assegurar o pleno direito à saúde, através de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito e aqueles que têm visto na saúde uma área altamente rentável de negócio.

Os constrangimentos que atingem a população do distrito no acesso à Saúde, nomeadamente a falta de médicos nos centros de saúde e pessoal administrativo; o encerramento de várias valências hospitalares; a desqualificação e desmantelamento dos hospitais do distrito (Águeda, Anadia, Estarreja, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Ovar e Espinho); e a consequente concentração de serviços nos hospitais centrais, evidenciaram-se ainda mais no quadro de pandemia.

O recurso aos serviços de urgência no distrito, nomeadamente no Hospital de Aveiro e de Santa Maria da Feira, muitas vezes como a única resposta em situações de doença aguda, levam a uma sobrecarga nos serviços, justificada muitas vezes pela incapacidade de resposta adequada nos centros de saúde

O encerramento dos serviços, por todo o distrito, devido à escassez e/ou transferência de funcionários, nomeadamente nos centros de saúde durante a pandemia, mantém-se, limitando o seu

normal funcionamento. A necessidade de universalizar os cuidados de saúde primários por todo o distrito com médico, enfermeiro e administrativo de família está dependente do alargamento da contratação dos quadros técnicos necessários.

O povo e os trabalhadores do distrito de Aveiro também viram o acesso aos cuidados de saúde primários limitados. A realidade actual no distrito é de mais de 30 mil utentes sem médico de família. Faltam médicos e enfermeiros de família e várias unidades de saúde foram encerradas desde a última Assembleia da Organização Regional. São disso exemplo o encerramento das extensões de saúde de Fermelã, Canelas e Veiros, no concelho de Estarreja; de Bustos e Mamarrosa, no concelho de Oliveira do Bairro; da extensão da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados instalada no bairro piscatório da Marinha, em Espinho; de Requeixo e Nariz, em Aveiro; do pólo de Maceda da USF Laços, apenas dois anos após a sua reabertura; da extensão de saúde de Belazaima do Chão, em Águeda.

Acresce à falta de profissionais de saúde, o estado de profunda degradação de algumas instalações, como é o caso da USF Rainha D. Tereza em Albergaria-a-Velha, onde, nomeadamente, chove dentro do edifício, tem o aquecimento avariado e as paredes danificadas.

Apesar de todas as insuficiências identificadas, é o SNS que tem assegurado a resposta à epidemia Covid-19.

Este combate, porém, significou o cancelamento de consultas, adiamento de cirurgias e na ainda maior fragilização dos cuidados de saúde primários.

Tornou-se uma realidade praticamente generalizada a não realização de consultas de acompanhamento de doentes crónicos, e a realização apenas de consultas não presenciais que, em alguns casos, ainda hoje se mantêm.

A pandemia serviu ainda como pretexto para o encerramento, em alguns casos temporário, de várias Unidades de Saúde, são disso exemplo a Unidade de Saúde Familiar Alpha, pólo de São Vicente de Pereira Jusã e da USF Laços, pólo de Arada, ambas no concelho de Ovar; a Unidade de Saúde em Caldas de S. Jorge, em Santa Maria da Feira.

Aproveitando-se das insuficiências do SNS e gozando de uma larga fatia do financiamento público, o sector privado continua com forte presença, com os grupos económicos dominantes a terem uma maior presença na região desde a última Assembleia, nomeadamente com a abertura de uma nova unidade do grupo Trofa Saúde em Ovar e em São João da Madeira, bem como da Medis em Aveiro.

A falta de investimento público no SNS em todas as suas vertentes, como em equipamentos e em recursos humanos, traduz-se na realização de exames complementares de diagnóstico ou mesmo de cirurgias no sector privado, cabendo ao SNS o pagamento de milhares de euros em serviços que poderiam ser, com o investimento necessário, supridos no SNS.

O Governo PS insiste em não dar a resposta que se exige. A proposta de Estatuto do SNS apresentada recentemente, não só não trava o caminho de desmantelamento do SNS, iniciado pelos partidos da política de direita, como contribui para o seu agravamento. Ao arripio da Lei de Bases da Saúde, prevê que os estabelecimentos e serviços de saúde do sector privado e social possam integrar o SNS, adoptando uma concepção de sistema nacional de saúde favorável aos interesses dos grupos económicos que lucram à custa da doença. Um conceito liberalizante que representa um gravíssimo retrocesso no direito à Saúde, previsto na Constituição.

O PCP insiste na necessidade de:

- assegurar o carácter público, geral, universal e gratuito do SNS, assim como a gestão pública dos estabelecimentos de saúde que o integram
- valorizar os trabalhadores da saúde, com a valorização das carreiras e remunerações e combatendo a precariedade;
- adopção de um regime de dedicação exclusiva para os profissionais da saúde, com a respectiva valorização remuneratória e majoração do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;
- assegurar um médico, um enfermeiro e um administrativo de família a cada utente;
- dotar os cuidados de saúde primários de meios técnicos e humanos necessários ao cumprimento das suas missões curativa, preventiva e de promoção da saúde, nomeadamente na instalação de alguns meios auxiliares de diagnóstico (como já aconteceu no passado) e o alargamento de valências;
- garantir os meios técnicos, materiais e humanos, necessários para a realização de exames complementares de diagnóstico no SNS;
- reforçar em meios humanos e materiais os serviços de urgência nomeadamente no Hospital de Aveiro e em Santa Maria da Feira;
- concretizar a reabertura do Serviço de Urgência no Hospital de Espinho, de Estarreja e Ovar e da Urgência Cirúrgica de S. João da Madeira;
- garantir às unidades de saúde um efectivo quadro de autonomia administrativa e financeira;
- reverter o processo de transferência de competências na área da saúde para as autarquias;
- implementar os Sistemas Locais de Saúde para potenciar a articulação de cuidados de saúde em diferentes níveis de cuidados, com personalidade jurídica;
- integrar os hospitais e unidades locais de saúde EPE no sector público administrativo;
- promover a gestão democrática dos estabelecimentos de saúde e respectivos serviços.

1.5.2 - Educação

A Educação é um direito fundamental e condição essencial para a emancipação individual e colectiva, bem como para o desenvolvimento económico e social do País. É o garante da formação integral do indivíduo, desenvolvendo todas as suas capacidades do ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico, para uma intervenção activa e consciente na sociedade, visando a sua transformação.

A sua concretização é apenas possível pela Escola Pública, gratuita, de qualidade e democrática para todos, que assegure a todos os estudantes, independentemente da sua condição sócio-económica e origem de classe, o acesso aos mais elevados graus de ensino. Para o sistema, porém, a educação constitui um mecanismo que visa a reprodução das relações sociais existentes, das desigualdades sociais e conseqüentemente a sua perpetuação através do domínio ideológico.

Assim, o objectivo estratégico central é a concretização de um sistema de ensino dual dividido entre a via profissional que canaliza directamente para as empresas e a via dita “regular” com acesso aos mais elevados graus de Ensino. Procurando fazer corresponder as elites económicas às elites do conhecimento.

Aprofundou-se a concepção de que o Ensino (organização, currículos, ciclos) deve corresponder às “necessidades do mercado de trabalho” (poder económico) e não às necessidades de desenvolvimento do país. Desta concepção de profissionalização do Ensino decorre a aposta na “formação ou aquisição de competências”. Do Ensino Básico ao Superior generalizou-se o ensino vocacional e cursos profissionalizantes, entrando depois estes estudantes, na maioria dos casos, directamente no mundo do trabalho como mão-de-obra pouco qualificada e facilmente explorada.

O objectivo da privatização da educação manifesta-se já em várias dimensões da escola, nomeadamente nos serviços de bares e cantina, na gestão empresarial da Parque Escolar e na presença de entidades externas nos Conselhos Gerais das escolas.

Além disso, no nosso distrito foram encerradas várias escolas, realidade particularmente preocupante nas zonas mais rurais, e muitos edifícios encontram-se degradados, sem aquecimento e sem espaço adequado para as aulas de Educação Física. Mantém-se a opção por mega-agrupamentos ingeríveis e profundamente desumanos.

Persiste uma falta brutal de assistentes técnicos e operacionais nas escolas, fruto dos rácios desajustados e insuficientes, da constituição dos mega-agrupamentos, da desvalorização e precarização dos seus vínculos, colocando em causa o funcionamento das escolas. Acresce, a falta de professores, que empurra milhares de estudantes para turmas sobrelotadas, a desregulação dos seus horários e a desvalorização das suas carreiras.

A municipalização da educação, que mais não é do que a desresponsabilização do Estado Central numa matéria que corresponde a um direito universal, conforme determina a Lei de Bases e consagra a Constituição, significa escolas públicas a diferentes velocidades e centenas de políticas educativas diferentes, ameaça o seu carácter universal, ataca os seus princípios enquanto função social do Estado e instrumento de combate às desigualdades sócio-económicas e às assimetrias regionais e põe em causa a igualdade de oportunidades das crianças e dos jovens.

A luta desenvolvida pelos estudantes e pelos trabalhadores do sector, aliada à intervenção do PCP, obrigou à anulação de algumas das medidas implementadas pelo anterior Governo PSD/CDS e permitiu ainda alguns avanços, de que são exemplo o maior rigor na celebração de contratos de associação com o ensino privado, a contratação de mais profissionais, ainda que em número insuficiente, o fim dos exames nacionais do 4.º e 6.º anos, a gratuitidade dos manuais escolares no ensino obrigatório, a gratuitidade das creches para todas as crianças.

O PCP defende:

- a redução do número de alunos por turma;
- a garantia de condições para uma prática assente na diferenciação pedagógica individual e por grupos;
- o reforço de horas atribuídas às escolas para o desenvolvimento de tutorias e mentorias e dos meios destinados a uma educação verdadeiramente inclusiva;
- o reforço e a criação de equipas multidisciplinares específicas que articulem os Planos de Recuperação;
- a contratação, com vínculo efectivo, de todos os trabalhadores indispensáveis para responder às necessidades permanentes das escolas, desde assistentes operacionais na área da educação, a assistentes técnicos, de técnicos especializados a técnicos superiores, de professores e de educadores;
- a reformulação da tabela remuneratória única;

- a revogação do SIADAP (Sistema Integrado da Avaliação de Desempenho da Administração Pública)
- a alteração da portaria de rácios, para respeitar as reais necessidades das escolas;
- a expansão do sistema público e gratuito de educação pré-escolar, garantindo a universalização da frequência a partir dos 3 anos;
- criação de uma rede pública de creches;
- o fim do bloqueio do acesso aos quadros e à carreira docente, a eliminação das quotas de avaliação e do regime de vagas que impede a progressão na carreira;
- a contabilização integral do tempo de serviço;
- o fim dos mega-agrupamentos;
- a reversão do processo de municipalização da educação.

1.5.3 - ciência e ensino superior

O Ensino Superior Público é uma verdadeira alavanca de progresso, pois promove a valorização do trabalho e dos trabalhadores, ao mesmo tempo que dinamiza o sistema científico e técnico nacional, bem como enriquece o património cultural e artístico do país. As instituições de Ensino Superior Público estão, porém, sujeitas ao subfinanciamento crónico. Esta desresponsabilização do Estado no financiamento, tem correspondido à crescente responsabilização das famílias através do pagamento de propinas, taxas e emolumentos.

A falta de financiamento tem consequências concretas como problemas a nível de infra-estruturas, na falta de trabalhadores nos serviços administrativos e sociais, numa Acção Social incapaz de cumprir o seu papel, nomeadamente no que às bolsas de estudo e às residências diz respeito. Problemas visíveis também na Universidade de Aveiro, onde faltam professores e onde persistem problemas a nível das infra-estruturas, com a necessidade de obras e de mais espaços para o estudo.

O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), que introduziu o regime fundacional, representou um profundo ataque à autonomia e democracia das instituições, abriu o caminho à privatização e à mercantilização das instituições, equiparando o seu funcionamento e gestão a meras empresas, desviando-as do seu objetivo fundamental de ensino, de formação, de investigação e de ciência de qualidade, ao serviço das necessidades de desenvolvimento do País.

Na Universidade de Aveiro, uma das primeiras universidades do país a adoptar este regime, o RJIES introduziu graves limitações à autonomia da instituição, afastou os estudantes e funcionários dos seus órgãos de gestão, impedindo a gestão democrática e participada das instituições conforme consagra a Constituição e abriu portas à entrada de “personalidades externas” no Conselho Geral. Actualmente, é Presidente do Conselho Geral da Universidade de Aveiro António Manuel Moura de Oliveira, CEO da OLI, que sucedeu a Alexandre Soares dos Santos, da Jerónimo Martins.

No que toca à investigação, é inegável que grande parte da produção científica nacional decorre, directa ou indirectamente, do trabalho desenvolvido pelos milhares de bolseiros de investigação científica espalhados pelas instituições de I&D (Investigação e Desenvolvimento) do País. Não obstante, continua a ser negado a estes profissionais o estatuto de trabalhadores de pleno direito. Os bolseiros debatem-se quotidianamente com problemas gravíssimos, como sejam os que decorrem da inexistência de enquadramento da sua actividade por um contrato de trabalho ou da impossibilidade de acesso ao regime geral da segurança social. Para além da precariedade inerente ao vínculo

estabelecido pelos contratos de bolsa, com termo sempre limitado e renovação muito incerta, os profissionais que exercem investigação científica enquanto bolseiros não têm direito a protecção social em caso de desemprego ou doença e veem-se arredados da condição de trabalhadores, logo dos direitos que aos trabalhadores assistem.

Não existe uma política científica nacional, não há um quadro consistente de estratégia política, estável e permanente de prioridades temáticas e de financiamento. A dotação orçamental pública em I&D em percentagem do PIB é das mais baixas da Europa e tão baixa quanto era em 1995. Segundo dados do EUROSTAT, em Portugal, o investimento em ciência, em termos da despesa *per capita* de investigador ETI (Equivalente a Tempo Integral) no setor não-empresarial, é cerca de 46 mil euros por ano. A média na UE a 27, é de 126 mil euros.

Portugal, para atingir a média europeia, teria que quase triplicar o montante actualmente atribuído àquelas atividades.

O PCP propõe:

- o reforço do financiamento no Ensino Superior Público;
- a alteração profunda do RJIES;
- a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação;
- a substituição do regime de bolsas de investigação científica, actualmente vigente, por contratos de trabalho que garantam um efetivo vínculo entre o investigador e a instituição onde presta trabalho;
- a integração e valorização da carreira de investigador científico;
- multiplicar por 3, até 2024, a despesa *per capita* de investigador ETI no setor público;
- a elaboração de um plano detalhado de prioridades de investigação nos vários sectores com ampla participação, incluindo dos diversos representantes;
- a valorização dos Laboratórios do Estado – avaliação e preenchimento das suas necessidades – com a garantia de um financiamento plurianual estável e da sua autonomia.

1.5.4 - Habitação

A realidade do distrito de Aveiro está profundamente marcada pela limitação do direito constitucional à habitação.

A habitação é assumida como uma mercadoria, fonte geradora de lucro e um veículo para a acumulação de capital. Tornando-se, assim, fácil de perceber as crescentes dificuldades de acesso a uma habitação condigna. Dificuldades aprofundadas pela especulação imobiliária desenfreada, pela pressão turística, particularmente presente na cidade de Aveiro, e nos meses de verão também na linha costeira.

Os moradores são afastados das cidades, em particular dos centros urbanos, onde o alojamento local domina a oferta habitacional de modo a responder à pressão turística crescente, o que tem vindo a contribuir para o brutal aumento dos valores das rendas e dos valores de venda dos imóveis, especialmente no concelho de Aveiro (o preço por metro quadro subiu 30% entre o 1º trimestre de 2018 e o 1º trimestre de 2021-dados INE), mas que tem tido consequências ao longo de todo o distrito, também impulsionado pela deslocalização das populações para os concelhos a Este em busca de preços mais acessíveis.

O caso de Espinho é também paradigmático. Os grandes interesses imobiliários insistem na construção de luxo e em altura por consórcios internacionais, enquanto os jovens e a população activa são despejados do concelho pela carestia da habitação, deixando Espinho a braços com um assustador envelhecimento dos seus habitantes.

O Governo PSD/CDS, na linha do que já havia sido encetado pelo PS, fez aprovar a Lei nº 31/2012, conhecida por “lei dos despejos”. Esta Lei veio trazer ao arrendamento urbano múltiplos factores de injustiça, arbitrariedade e conflitualidade. Os despejos sucederam-se e avançou um enorme processo de gentrificação que gerou angústia em milhares de famílias, alterou vivências colectivas, com impactos diversos no comércio local tradicional de proximidade e no associativismo popular.

O último Relatório das Necessidades de Realojamento Habitacional do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), referente a 2018, elaborado a partir de determinados critérios muito aquém das reais necessidades, identifica “mais de 1.000 famílias a realojar no distrito de Aveiro”. Estes números dizem respeito a famílias que necessitam de alojamento por viverem em situações altamente precárias, nomeadamente “acampamento clandestino”, “área de risco”, “bairro clandestino”, “bairro social”, “barracas e construções precárias”, “conjunto urbano consolidado degradado” e “parques de campismo”.

O parque habitacional público existente no distrito é manifestamente insuficiente para dar resposta às necessidades identificadas e muito do edificado encontra-se degradado. A resposta encontrada pelo Governo PS foi a desresponsabilização do Estado central, empurrando para o poder local, através do programa 1º direito, a responsabilidade pelo realojamento de famílias que vivem em habitações indignas.

Acresce que, muitos executivos autárquicos desempenham um papel activo na promoção da especulação e mercantilização das cidades e da habitação, seja a pretexto de programas de rendas ditas “acessíveis” ou pela alienação de património público como contrapartida à construção de habitação definida por critérios privados.

A política de solos é fulcral na política de habitação. Todavia, continua a não estar assegurado o primado do direito público sobre os solos urbanos, nem o estabelecimento de regras e do controlo sobre a utilização dos mesmos e do direito público a urbanizar, sem as quais é impossível garantir o equilíbrio económico, social, territorial, ambiental e a mobilidade.

Considerando o determinado na nossa Constituição da República, bem como na Lei de Bases da Habitação, é preciso que o Estado assuma as suas responsabilidades na condução das políticas de arrendamento e de reabilitação urbana, de forma a que todos os portugueses vejam concretizado “o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. Tal exige investimento público e compromisso para construção e reabilitação urbana.

É necessário:

- lutar pela revogação da “lei dos despejos”;
- fazer o levantamento de habitações degradadas ou desadequadas às necessidades das famílias;
- exigir a definição do Programa Nacional de Habitação e a criação da Carta Municipal de Habitação em cada concelho, possibilitando a mobilização de solos para programas habitacionais públicos;
- reivindicar a requalificação das habitações sociais, a construção ou reabilitação de fogos do parque habitacional público, destinado aos regimes de renda apoiada ou condicionada;

- valorizar, dinamizar e reforçar o sector cooperativo.

1.5.5 - Transportes e acessibilidades

A política de transportes continua, no essencial, a ser determinada pelos interesses dos grupos económicos que dominam o sector. Continua ausente uma política estruturante e estratégica de substituição do transporte individual pelo transporte colectivo, de reforço da mobilidade das populações e da coesão territorial.

O transporte colectivo rodoviário de passageiros no distrito é assegurado apenas por empresas privadas e é manifestamente insuficiente. A realidade é de horários desadequados, carreiras insuficientes e veículos degradados. Exemplo cabal é a falta de ligação do Furadouro, lugar da freguesia de Ovar, ao centro da cidade aos fins-de-semana. Realidade ainda mais grave quando falamos de freguesias mais distantes. É disso exemplo a freguesia de Castanheira do Vouga, no concelho de Águeda, que conta com apenas uma carreira diária, em dias úteis, para a sede de concelho. Exemplos que se repetem por todo o distrito.

Na cidade de Aveiro, apesar do transporte de passageiros, que inclui a ligação fluvial para São Jacinto, estar concessionado à ETAC/Transdev, foi a Câmara Municipal de Aveiro quem assumiu do ónus e abriu um concurso internacional para a aquisição de um novo ferry.

A redução dos preços nos transportes públicos e o alargamento do passe social intermodal, medida social e ambiental sem precedentes proposta pelo PCP, constituíram um avanço de um significado inegável para a vida concreta das populações abrangidas, na sua mobilidade, na sua qualidade de vida, com tarifários mais justos e acessíveis. Todavia, esta medida ainda não se concretizou, por falta de vontade política, na vida das populações da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

No que toca ao transporte ligeiro de passageiros, criou-se um regime paralelo para o transporte de passageiros em viatura ligeira, o TVDE, em concorrência desleal com o sector do Táxi, promovendo a precariedade, a desregulação das relações laborais e o domínio de multinacionais como a UBER.

O transporte ferroviário assume importância estratégica para o desenvolvimento local e regional. A requalificação e modernização da Linha do Vale do Vouga continua a ser uma promessa por cumprir, apesar de anúncios de investimentos e de sucessivamente ser defendida, nomeadamente nas Assembleias Municipais de São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Aveiro. A realidade da Linha do Vouga é de profunda degradação do material circulante, estações sem manutenção ou encerradas, horários desajustados face às necessidades dos utentes e apeadeiros sem condições de segurança nem conforto.

Paralela e complementarmente ao desenvolvimento dos transportes públicos colectivos, é necessário promover os modos suaves de transporte, que reduzam a dependência dos combustíveis fósseis, a emissão de gases com efeito de estufa, a poluição urbana e o ruído, com óbvias vantagens ambientais, económicas, na saúde pública e na harmonização do espaço urbano.

Assim, é necessário desenvolver um plano de mobilidade pedonal e ciclável, que previna a criação de obstáculos físicos – passeios estreitos, piso degradado, derrapante ou desadequado, acessos a garagens, mobiliário urbano, etc – ao mesmo tempo que promova a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida e a readaptação dos espaços e edifícios públicos existentes.

As dificuldades de acessibilidades no Distrito são já um problema crónico. Desde os anos 90 que a ligação da E.N. 222 à A1 em Santa Maria da Feira tem sido prometida e adiada. A ligação final entre Pedorido (concelho de Castelo de Paiva) e Canedo (concelho de Santa Maria da Feira), numa extensão de cerca de 6kms, continua por concretizar.

Do mesmo modo, continua sem resposta a já velha promessa de construção do eixo rodoviário entre Águeda e Aveiro. Ao longo dos anos foram vários os anúncios e promessas de construção, que actualmente se inserem no Plano Nacional de Investimento 2030.

A introdução das portagens nas chamadas SCUT – A17, A25 e A29 - constituiu um verdadeiro roubo às populações, além de acompanhado por consequências nefastas para a restante rede viária.

O trânsito, antes disperso por várias estradas, encontra-se hoje centralizado na nacional 109 e no IC2, assistindo-se a uma verdadeira sobrelotação de tráfego automóvel, com as consequências daí provenientes, existindo troços com o piso completamente degradado, sinalização horizontal quase inexistente com falta de visibilidade do traçado central da via, zonas em que falta drenagem e escoamento, onde se formam autênticos lençóis de água, problemas que deterioram a mecânica dos veículos e põem em risco a segurança de veículos e peões

A ponte caída sobre o Vouga ligando Lamas a Macinhata do Vouga, no concelho de Águeda, continua sem solução há 10 anos, não obstante as promessas eleitorais a cada 4 anos, aquando das eleições autárquicas.

É preciso:

- melhorar a rede de transportes públicos, aumentando a sua oferta e qualidade e garantindo preços acessíveis e adequados às necessidades;
- exigir a integração de todos os concelhos do distrito no PART– Programa de Apoio à Redução Tarifária, garantindo a diminuição do valor do passe social;
- apostar fortemente na ferrovia, o que passa pela valorização e modernização da Linha do Vouga, com a requalificação e reajuste dos seus apeadeiros entre Espinho-Sernada-Aveiro;
- exigir a conclusão da rede viária, nomeadamente do eixo rodoviário Aveiro-Águeda, da EN222 entre Pedorido e Canedo e a conclusão da variante entre Rossas ponte até à A32 ou A1 Arrifana;
- continuar a luta pela abolição das portagens nas ex-scuts e exigir a realização de obras na EN 109 e IC2, vias estruturantes para a região;
- elaborar um plano regional de mobilidade que articule uma rede de transportes colectivos e a promoção de modos de transporte não motorizados, ambientalmente sustentáveis e que respondam às necessidades das populações;
- promover uma maior mobilidade pedonal e ciclável nas localidades propícias a essa prática, garantindo a sua acessibilidade a todos;
- rever a estrutura da ciclovias existente.

1.5.6 - Cultura

A cultura é entendida como uma componente essencial à Emancipação como elemento de reflexão, pensamento, conhecimento, participação, realização e libertação do Homem.

Como resultado de décadas de políticas de direita, tem-se vivido um período de elitização, privatização e mercantilização da Cultura, assim como de confusão entre Cultura e entretenimento. A cultura tem sido alvo ideológico da Direita tradicional, que tenta limitá-la a uma área de actividade económica, centrada nas chamadas indústrias culturais, substituindo a presença livre e independente da criação pelo reforço da “cultura única”, numa sistemática fragilização do tecido cultural e empobrecimento permanente de conteúdos. Censura, mercantilização do objecto artístico, abastardamento da Arte, promoção de estéticas reaccionárias e avessas à novidade; subfinanciamento, precariedade, baixos salários, elevadas taxas de desemprego e desistência da profissão são algumas das consequências das políticas de direita, que com a pandemia se evidenciaram de forma gritante.

Os direitos de quem trabalha neste sector são sucessivamente atacados. A coberto da intermitência própria das artes do espectáculo, caracterizada pela curta duração dos projectos profissionais e pela sujeição a várias entidades patronais num curto período de tempo, a maioria dos trabalhadores deste sector é sujeita, ilegalmente, ao regime da prestação de serviços (falsos recibos verdes). A isto acresce o desemprego, os baixos salários e o flagelo da precariedade que atingem grande parte dos trabalhadores da cultura e das artes, o que compromete a existência de uma carreira contributiva digna e o acesso a prestações sociais.

O Património histórico, material e imaterial, é um importante e precioso activo, fundamental no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades. O património público continua ao desbarato a favor de interesses privados ou ao abandono, de que são exemplos a Estação Arqueológica do Cabeço do Vouga, no Concelho de Águeda, e o Castro Ovil, no Concelho de Espinho, afastando as populações da sua fruição.

O Movimento Associativo Popular é um amplo espaço de democratização da actividade cultural, recreativa, desportiva e social, de formação pessoal e cívica, de aprendizagem e exercício dos valores democráticos. O desemprego, a precariedade, os baixos salários, agravaram as condições de vida dos trabalhadores e das populações com repercussões negativas na sua participação na vida associativa e no exercício de cargos dirigentes.

Por seu turno, agravou-se a carga fiscal, foi aprovada a “lei dos despejos”, agravaram-se as despesas de funcionamento, com consequências no plano financeiro e com reflexos negativos na promoção das actividades culturais, recreativas, desportivas e no desenvolvimento local. A somar a estes problemas e dificuldades, juntam-se os efeitos da epidemia que levaram ao encerramento de milhares de colectividades e das suas actividades, o que exige um esforço redobrado para a sua reabertura e retoma da actividade.

A cultura é imprescindível ao desenvolvimento, à liberdade, à democracia e à emancipação individual e colectiva e o Estado tem uma responsabilidade determinante enquanto garante da liberdade de criação artística e da sua fruição, com igualdade de oportunidades e de acesso em todo o território nacional.

O PCP defende:

- a valorização da Arte e da Cultura e dos seus trabalhadores , o que exige o reconhecimento da existência de direitos, de contratos de trabalho, da criação de condições para que estes trabalhadores possam ser integrados no sistema de segurança social;
- a urgente concretização de um Serviço Público de Cultura
- a concretização do objectivo de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura e, mais tarde, 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

1.5.7 - Desporto

O desporto está inscrito na Constituição como um direito. Nesta área continuam a acentuar-se as dificuldades de acesso. O desporto popular é praticamente inexistente, afastando as camadas mais desfavorecidas da prática desportiva, tirando ao desporto o seu carácter educativo, sendo cada vez mais notória a lógica de utilizador-pagador, não só nos ginásios mas de uma forma generalizada em todos os clubes desportivos.

A actividade física e a prática desportiva transformaram-se num grande negócio. O associativismo desportivo e o desporto federado contam com pouco financiamento público, proveniente das autarquias quase em exclusivo e suportam pesados encargos com treinadores, técnicos e pessoal, com inscrição dos atletas, com instalações, com transportes e com exames médicos.

A Política de Direita não gosta do desporto de massas, desprezando assim o movimento associativo popular, destruindo as componente colectiva e participativa do desporto, promovendo o individualismo.

O Estado subalterniza o desporto, facilita a sua mercantilização e demite-se das suas responsabilidades constitucionais, indo pouco além de campanhas institucionais sobre os benefícios da actividade física para a saúde, negligenciando o Desporto Escolar e Académico, a construção e a manutenção de infra-estruturas ou a aquisição de equipamentos para as escolas.

A luta pelo desporto enquanto direito para todos passa:

- por uma intervenção do Estado na garantia de condições materiais, ao nível dos equipamentos e infra-estruturas públicas;
- pela valorização e apoio ao movimento associativo;
- pelo devido financiamento às várias modalidades, superando a lógica de canalização de fundos para os grandes eventos internacionais.

1.6 – Água e saneamento

A política da água tem tido como ponto de partida a premissa de que a água é mais uma mercadoria com capacidade de gerar lucros chorudos, favorecendo os grupos económicos à custa das populações.

PS, PSD e CDS começaram a abrir a porta para privatização da água em 2005, com as Leis da Água e da Titularidade dos Recursos Hídricos onde foi instituída a base legal para a privatização de toda a água do território nacional e criação do mercado da água.

Este processo de mercantilização da água passou pela retirada às autarquias locais das suas competências na área da captação e distribuição de água e da recolha e tratamento de águas residuais, entregando-as à empresas multimunicipais, como é o caso no nosso distrito da Águas da Região de Aveiro (ADRA), das Águas do Centro Litoral e das Águas Douro-Paiva, que são parte da empresa pública Águas de Portugal, detentora da maioria do capital, reservando às autarquias uma posição minoritária; ou através de contratos de concessão dos serviços de água e saneamento à empresa privada Indaqua, nos municípios de Santa Maria da Feira e de Oliveira de Azeméis.

Estes processos tiveram como consequência o aumento das tarifas praticadas. Na verdade, de acordo com um estudo comparativo dos tarifários de abastecimento de água de Portugal realizado

pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), Aveiro era, no ano de 2020, o distrito português com a média da tarifa fixa mais elevada do país.

Paralelamente, apesar das sucessivas promessas eleitorais, a rede de saneamento continua a não cobrir toda a região.

A entrega a privados da recolha de resíduos, nomeadamente no concelho de Aveiro à Veolia, vendida como solução para “poupança de verbas” e como “garantia de excelência da qualidade dos serviços”, traduziu-se na realidade na degradação da qualidade do serviço, na subordinação de opções fundamentais ao desígnio do lucro e no aumento das tarifas cobradas aos cidadãos.

As falsas soluções no campo dos resíduos, como o programa “Pay as you Throw” que contou com um projecto-piloto no concelho de Aveiro ou o “Resíduos com valor!” em Águeda, colocam o ónus ambiental exclusivamente nas populações e procuram esconder as responsabilidades do modo de produção capitalista na degradação ambiental. Estas “soluções” tentam convencer as populações de que os problemas ambientais se resolvem exclusivamente com recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros, à taxação dos comportamentos individuais e à fiscalidade verde, onerando as classes laboriosas e dando benesses ao grande capital.

O PCP defende:

- a reversão das concessões dos serviços de água e de saneamento;
- a responsabilização do Estado por garantir as funções sociais, ecológicas e económicas da água;
- o reforço do papel das autarquias na administração e fornecimento da água às populações;
- a gestão democrática e participada dos recursos hídricos.

1.7 - Ambiente

As questões ambientais no distrito de Aveiro têm seguido as linhas centrais de ataque aos serviços públicos, com a mercantilização do ambiente, provocando evidentes consequências negativas para as populações. Desde a gestão dos resíduos sólidos urbanos, à poluição dos cursos de água, à gestão das áreas protegidas, até à responsabilização individual pelos problemas ambientais, entende-se que os problemas são diversos e que as soluções devem estar alicerçadas em políticas de fundo de protecção da natureza e do ambiente.

A bacia hidrográfica do rio Vouga moldou ao longo dos anos as formas de ocupação dos solos da nossa região e desempenha um importante papel na conservação da biodiversidade. Todavia, muitos dos cursos de água que a compõem têm sido alvo de descargas poluentes, maioritariamente de origem industrial, mas também agrícola e doméstica, com impactos evidentes, como água entorpecida, cheiro nauseabundo e aparecimento regular de peixes mortos à superfície.

A Pateira de Fermentelos, que se estende pelos concelhos de Águeda, Oliveira do Bairro e Aveiro, é o exemplo mais gritante dos problemas que afectam a bacia hidrográfica do Vouga. Acresce à constante poluição do rio Cértima a presença de espécies invasoras e infestantes, como o achigã, a perca-sol, o lagostim vermelho e a erva-pinheirinha, que alteram o equilíbrio deste ecossistema e põem em risco espécies nativas.

É particularmente preocupante a proliferação dos jacintos-de-água que formam, em alguns troços do rio Vouga e da Pateira de Fermentelos, um denso tapete sobre as suas águas.

Os problemas que afectam a Ria de Aveiro continuam no essencial sem uma resposta global. Tendo havido avanços no seu desassoreamento, mas este tem sido no fundamental feito à margem das populações envolventes. O recente criado canal de navegação, tem como objectivo único a exploração turística e não acautela os interesses daqueles cujo rendimento depende da Ria.

Em Ovar, nomeadamente no lugar da Marinha, as águas salgadas da Ria continuam a avançar sobre terrenos agrícolas, destruindo colheitas e pondo em causa o cultivo da terra e o rendimento de pequenos agricultores.

A Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos é uma lagoa costeira que alberga fauna e flora de grande importância e encontra-se classificada como prioritária na Directiva Habitats (Lagunas Costeiras). Todavia, a poluição industrial das ribeiras de Rio Maior e de Maceda, a falta de ordenamento do território e o assoreamento são hoje fortes ameaças que pairam sobre aquela lagoa.

A orla costeira do distrito de Aveiro tem sofrido com o paulatino avanço do mar. Para além dos danos económico-sociais causados, estão também em risco habitats naturais de enorme valor ambiental. Apenas se têm realizado intervenções avulsas que acabam por ser sorvedouros de dinheiros públicos sem consequências relevantes e duradouras.

O Plano da Orla Costeira (POC) concluiu a sua primeira fase no norte do distrito (Caminha-Espinho). Em toda a sua abrangência e designadamente em Espinho, mostrou a sua incoerência e dualidade de critérios, ziguezagueando entre a passividade em relação a zonas de interesse imobiliário e a severidade na condenação de humildes núcleos populacionais. Foi esse o caso do Concelho de Espinho, onde o POC pôs em risco o Bairro da Praia de Paramos e um café-restaurante popular, ignorando zonas de interesse imobiliário turístico.

As florestas nas dunas litorais, criadas para tentar segurar as areias que ano após ano iam cobrindo os terrenos agrícolas para o interior com efeitos negativos na economia das populações à beira-mar, têm hoje como principais ameaças a desmatação, as espécies invasoras, nomeadamente as acácias, os incêndios florestais e a subida do nível do mar.

O distrito de Aveiro é particularmente rico nesse património, com importantes áreas florestais que se estendem de Esmoriz a Vagos. É o caso do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, da Mata Nacional e Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, da Mata Nacional das Dunas da Gafanha e da Mata Nacional e Perímetro Florestal das Dunas de Vagos. A gestão adequada deste vasto património requer uma planificação cuidada com vista à sua conservação, recuperação e valorização. A recente intervenção no Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, cuja estratégia assenta no repovoamento florestal natural, logo desorganizado e à mercê de uma ainda maior proliferação de espécies invasoras, constitui um sério risco para todo o ecossistema.

A Mata Nacional do Buçaco situada na freguesia do Luso, concelho da Mealhada, abrange 105 hectares de floresta, albergando um conjunto rico e diverso de espécies. Todavia, fruto da deficiente gestão florestal, proliferam nesta mata espécies exóticas invasoras como acácias, pitósporos, ervas-da-fortuna e o espanta-lobos, constituindo não só uma forte ameaça à integridade da Mata, como também um sério risco às espécies e aos habitats únicos.

A Serra da Freita tem um relevante valor natural e integra, com a Serra da Arada, a lista nacional de sítios da Rede Natura 2000. A sua área inclui cerca de 5 000 hectares de baldios e alberga a raça bovina autóctone arouquesa. A “Freita” é um importante albergue para diversas espécies endémicas e constitui actualmente a área mais importante a sul do Douro para a conservação do lobo. No entanto, a sua paisagem tem sido alterada pelas extensas plantações de eucaliptos e pelas consequências da forte pressão turística, nomeadamente com a construção dos passadiços do Paiva.

As extensas monoculturas de eucalipto, a redução da área agrícola e a ausência de uma política de ordenamento florestal com a aposta em espécies autóctones, são factores que fragilizam a floresta do distrito, conduzem ao subaproveitamento económico deste recurso e agravam substancialmente os riscos de incêndio.

A transferência de competências das áreas protegidas para os municípios constituiu outro ataque à Natureza, desresponsabilizando o Estado Central, e colocando nas autarquias responsabilidades que não são suas e às quais não conseguem dar resposta satisfatória, como é o caso da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. As áreas classificadas são património de todos e exigem políticas de âmbito nacional para a sua protecção que só o Governo central pode realizar.

A região de Aveiro, com o seu enorme património natural, cultural e patrimonial, possui um imenso potencial para o desenvolvimento do sector do turismo que levou, em particular nos últimos anos, ao seu crescimento significativo. Todavia, o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região deve ser visto dentro de uma estratégia de desenvolvimento mais geral em articulação com outras actividades económicas, incluindo, as actividades produtivas, o investimento nos transportes e serviços públicos, a defesa do património natural e cultural, o combate à precariedade e aos baixos salários em que assenta o sector, a articulação entre a entidade regional de turismo e as autarquias locais, a promoção de uma estratégia voltada também para o mercado interno e para o direito do povo português ao lazer

Para o PCP é fundamental:

- a elaboração de um plano de recuperação ambiental do distrito, que recupere os atrasos na rede de recolha e tratamento de efluentes domésticos, que valorize e requalifique o património ambiental;
- a realização de acções de controlo das espécies exóticas e invasoras em colaboração com a comunidade científica, nomeadamente com a Universidade de Aveiro, no sentido de garantir a mitigação dos danos causados por elas;
- um novo modelo de gestão da Mata Nacional do Buçaco;
- um plano de Ordenamento da Ria, que permita conciliar e potenciar as diversas actividades dela dependentes;
- a criação de um Observatório da Ria, que agregue o vasto património científico existente na Universidade de Aveiro;
- a concretização de um programa de defesa da orla costeira que, conjugado com uma política de ordenamento da costa, garanta uma intervenção estratégica e duradoura;
- a reversão do processo de transferência de competências das áreas protegidas para as autarquias locais.

2 – Luta de massas

A evolução das últimas décadas confirma que só a ruptura com a política de direita abrirá caminho ao desenvolvimento económico, ao progresso social e à afirmação dos interesses nacionais, objectivos inseparáveis da força e da determinação da luta da classe operária, dos trabalhadores e de todas as camadas antimonopolistas.

No período decorrido desde a última Assembleia, a luta de massas confirmou o seu papel destacado e insubstituível para defender, repor e conquistar direitos, para resistir ao ataque e à limitação de liberdades e garantias e para responder aos problemas e aspirações dos trabalhadores e do povo.

2.1 – Luta da classe operária e dos trabalhadores

A luta dos trabalhadores sempre foi determinante para concretizar avanços laborais, sociais e políticos. O esclarecimento, a mobilização e o envolvimento dos trabalhadores na luta pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, a necessidade de equilibrar as relações laborais, de pôr em confronto interesses antagónicos, dos explorados e dos exploradores, sempre foram e continuarão a ser decisivas para combater a exploração, para entregar aos trabalhadores uma fatia cada vez maior da riqueza que produzem.

A luta dos trabalhadores, nos últimos anos, teve um papel determinante nos avanços laborais, sociais e políticos. Foi com a força e a luta dos trabalhadores e do povo que derrotámos e afastámos o governo PSD/CDS e impedimos que se concretizassem outras medidas gravosas contra os direitos, liberdades e garantias constitucionais, contra a Segurança Social Pública, contra o Serviço Nacional de Saúde, contra a Escola Pública, contra os Serviços Públicos e contra o Poder Local Democrático.

A luta foi decisiva para a melhoria das condições de vida e de trabalho, para a elevação da consciência social e política e para a afirmação da alternativa Patriótica e de Esquerda.

Em situação de pandemia, os sindicatos da CGTP-IN desempenharam um papel determinante na organização da luta desenvolvida pelos trabalhadores nos locais de trabalho, nas empresas, nos serviços e na rua, assumindo as mais diversas expressões, nomeadamente nas comemorações do 25 de Abril e nas jornadas de luta do 1º de Maio – com destaque para as de 2020 e de 2021 no quadro da ofensiva reaccionária contra a sua realização - a pretexto da pandemia -, assim como em outras acções convocadas pela CGTP-IN, destacando-se as manifestações em Aveiro, Porto e Lisboa.

De grande importância se revestiram as lutas convocadas pelos sindicatos e pela CGTP - a grande central sindical de classe, alicerce do Movimento Sindical Unitário (MSU) -, concretizadas pelos diversos sectores de actividade, público e privado que, envolvendo milhares de trabalhadores, deram expressão pública às suas reivindicações, nomeadamente pelo aumento dos salários, pela contagem do tempo de serviço prestado para evolução nas suas carreiras profissionais, por um sistema de avaliação justo, pela segurança do emprego e do emprego com direitos, pela redução dos horários de trabalho, pela defesa da contratação colectiva, pela reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, bem como pelo cumprimento dos direitos consagrados nos contratos colectivos; contra as adaptabilidades, contra os bancos de horas e os horários concentrados, contra a precariedade e contra a caducidade dos contratos colectivos de trabalho.

No distrito, a força e a influência da União dos Sindicatos de Aveiro (USA), no pleno respeito dos princípios da CGTP-IN, advêm da forte ligação aos sindicatos filiados, da acção de um vasto conjunto de dirigentes e de delegados sindicais e da confiança que os trabalhadores nela depositam. Confiança reafirmada na realização do 11º Congresso da União, em 2020, em período da pandemia da COVID-19, que constituiu um grande êxito em si mesmo e que confirmou a União e o MSU como forças sociais determinantes e insubstituíveis nas batalhas do presente e do futuro. Confiança reforçada também pela saída em cordão humano do Centro de Congressos de Aveiro até ao Rossio. Os militantes comunistas tiveram papel determinante no êxito destas iniciativas.

A vida demonstrou e continua a provar que é nas empresas e nos locais de trabalho, com a acção e luta dos trabalhadores e no reforço das suas estruturas representativas, que está a mais decisiva contribuição no combate à precariedade, à repressão e à exploração, na defesa da contratação colectiva e pelo aumento geral dos salários, na redução do período normal de trabalho tendo por

objectivo as 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores e sem perda de salário na melhoria das condições de trabalho e de vida.

Coloca-se, assim, a necessidade do reforço do Partido, da sua organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho e o empenho dos comunistas na batalha do esclarecimento e da compreensão da importância da acção colectiva, desenvolvendo a formação da consciência de classe e reforçando a unidade na acção e as estruturas dos trabalhadores. Uma necessidade que exige a salvaguarda e o reforço do carácter unitário dos Sindicatos, convergindo na base da identidade de princípios, objectivos e prioridades, face à acção do patronato e de todas as formas de divisionismo sindical .

2.2 – Luta dos utentes e populações

Desde a última Assembleia que a intervenção das comissões e movimentos de utentes na nossa região se baseou fundamentalmente na defesa dos serviços públicos, nas áreas da saúde, dos serviços e dos transportes, promovendo e dinamizando acções de luta, como é exemplo a luta contra o encerramento do centro de saúde de Albergaria-a-Velha e do Centro de Saúde do Troviscal (Oliveira do Bairro).

No que concerne valências hospitalares e defesa de serviços de saúde de proximidade e de qualidade, salientam-se as lutas encetadas, ao longo dos últimos anos, em Ovar, em Espinho e em Estarreja, onde foram recolhidas quatro mil assinaturas numa petição à Assembleia da República e que resultou na aprovação de uma resolução que determina a reabertura do serviço de urgência básica nesse hospital.

A defesa da água pública contra as ruinosas concessões do serviço de água e saneamento tiveram também expressão nomeadamente nos concelhos de abrangência da Indáqua, ou seja, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira.

Ao nível dos transportes, a mobilização dos utentes verificou-se na defesa da requalificação da Linha do Vouga, através de movimentos de utentes em Águeda , em Albergaria-a-Velha, em Oliveira de Azeméis, em S. João da Madeira, em S. Maria da Feira e em Espinho. No que diz respeito ao transporte público rodoviário no concelho de Aveiro, encetaram-se lutas contra a privatização e pela melhoria dos seus serviços.

No que respeita a outros serviços, relevamos as tomadas de posição em torno do encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos e dos postos de correios um pouco por todo o distrito, nomeadamente as acções de luta em Paços de Brandão com a mobilização dos utentes em várias manifestações e dinamização de uma petição que conseguiu mais de mil assinaturas.

Com a chamada Reorganização Administrativa do Território assistiu-se ao processo de agregação/extinção de freguesias. Todo este processo mereceu generalizada oposição da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos e a contestação das populações um pouco por todo o nosso distrito, com particular relevo as acções desenvolvidas pela reposição das freguesias de Ovar, São João de Ovar, Arada e São Vicente de Pereira – em Ovar – e da freguesia de Pigeiros – em Santa Maria da Feira.

Hoje, não podemos desvalorizar o novo regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias, que embora não responda à reivindicação de reposição de todas as freguesias vem, no entanto, abrir uma janela limitada no tempo que permite dar início a um procedimento especial, simplificado e transitório, que resolva alguns destes problemas. A população de Pindelo, Oliveira de

Azeméis, aproveitando esse instrumento, está actualmente com um processo de recolha de assinaturas para a reposição da sua freguesia.

As intervenções dos comunistas nestas estruturas são determinantes, mantendo-se o seu carácter unitário, prosseguindo a denúncia e combate contra a contínua ofensiva de desarticulação e de destruição dos serviços públicos. É importante alargar estes movimentos de utentes um pouco por todo o distrito, procurando articular a sua intervenção com o Movimento Nacional de Utentes dos Serviços Públicos.

2.3 – Luta da Juventude

A Luta organizada dos jovens, mobilizando-os em torno de cada problema concreto, é o motor central na conquista de direitos da juventude e na defesa dos mesmos. Na Região de Aveiro, são vários os jovens que lutam diariamente nas escolas, nas Instituições de Ensino Superior e nos locais de trabalho e que tomam partido, identificando a JCP e o PCP como os únicos que estão sempre na vanguarda da luta de massas. Neste sentido, é importante o envolvimento dos jovens comunistas nas mais variadas formas e expressões do movimento juvenil como no movimento associativo, em associações e projetos de âmbito cultural, secções e clubes desportivos do distrito, ações de vertente ambiental, alargando o trabalho em unidade.

No quadro do movimento estudantil, é de destacar no Ensino Básico e Secundário o levantamento de problemas de insuficiência de recursos humanos e materiais nas escolas da região, questão motivadora para chamar jovens a organizem-se na JCP e a convocarem ações de luta e esclarecimento junto dos restantes estudantes, alertando para a falta de investimento público nas mesmas.

Num quadro particularmente difícil, com o fecho das escolas e a passagem de aulas para o regime online devido à pandemia da COVID19, as aprendizagens foram comprometidas com atrasos no leccionamento das matérias e com a desigualdade no acesso a materiais digitais exigidos pelas escolas.

No Ensino Profissional, a sobrecarga horária, a desvalorização do tempo livre do estudante como um momento de lazer, os estágios descaracterizados e o atraso no pagamento de subsídios representam alguns dos graves problemas destas escolas, introduzindo uma narrativa de preparação da juventude para um mundo de trabalho inevitavelmente precário e explorador.

É também notável a inexistência, praticamente, de democracia nas escolas e na não representatividade dos estudantes nas mesmas, nomeadamente com a falta de Associações de Estudantes que os representem. Também no sentido de combater estas injustiças, a JCP tem dado passos significativos em Aveiro, trazendo para a organização novos recrutamentos.

No Ensino Superior em Aveiro, e com especial incidência na Universidade de Aveiro (UA), a ofensiva é muita, com a acentuada tentativa de marginalização de ações de rua e de colocação de propaganda. O coletivo da JCP na UA, que tem verificado um crescimento constante, tem procurado envolver colegas e amigos na sua atividade regular, potenciando um grande movimento de massas e denunciando as residências degradadas, a falta de espaços e utensílios para almoçar e as consequências da envolvimento de identidades privadas no funcionamento da Universidade, devido à instauração do regime fundacional .

No quadro da Juventude Trabalhadora, a JCP procura envolver os seus militantes nas ações de luta convocadas pela InterJovem, como a Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores, integrando-os e procurando a sua sindicalização nos sindicatos de classe da CGTP-IN. Mobilizando

diariamente milhares de jovens na luta pelo trabalho digno com direitos, contra a precariedade, a exploração e os baixos salários, a InterJovem, enquanto estrutura juvenil da CGTP tem procurado aprofundar a ligação aos jovens trabalhadores do Distrito com a responsabilização de novas tarefas e desafios.

A JCP, organização revolucionária da juventude, realiza movimentos de massas por todo o país com a criação de iniciativas e projetos criativos que tenham impacto nas aspirações da juventude. O Concurso de Bandas é um exemplo, sendo o maior concurso de bandas juvenil de Portugal e promovendo todos os anos jovens artistas de todo o território, levando-os à Festa do Avante e promovendo o seu trabalho a nível nacional.

Também na defesa do ambiente, a juventude em Aveiro mobilizou-se em inúmeras distribuições e ações de contactos, erguendo a bandeira de que o capitalismo não é verde.

Na política internacional, a JCP de Aveiro realizou debates, sessões de cinema e convívios como formas de alertar as injustiças e bloqueios de povos oprimidos pelo imperialismo e expressando a sua solidariedade, nomeadamente com Cuba e Palestina.

Com a integração dos jovens comunistas no movimento juvenil, criando alargados movimentos de massas em torno de cada injustiça ou direito ameaçado, a JCP e o PCP dão passos muito preponderantes no Distrito. Com ações de contacto diárias e iniciativas criativas, é possível o reforço da organização, chamando todos aqueles que queiram lutar pelos seus direitos e fazerem destas lutas suas

2.4 – Outros sectores e camadas

2.4.1 - Mulheres

A luta das mulheres é indissociável da luta de classes tendo objectivos específicos como a igualdade, o exercício dos seus direitos no trabalho, na família e na vida.

Passados cinco anos desde a última Assembleia, os indicadores no distrito confirmam que as mulheres continuam a ser a franja mais fragilizada nas relações de trabalho e na vida. São as mulheres as mais penalizadas no desemprego de longa duração, são as mulheres que auferem os rendimentos mais baixos, com consequências nos valores das prestações sociais, nas reformas e nas pensões. Em sectores com mão-de-obra essencialmente feminina, como o sector do calçado, do têxtil, do comércio e serviços ou do sector social, essa é a realidade para a esmagadora maioria das trabalhadoras, ao que acresce ainda a desregulação dos horários, o ataque ao direito de assistência à família, à amamentação, ao exercício da licença de maternidade e parentalidade.

Durante a pandemia, estes sectores não pararam tendo desempenhado um papel crucial assegurando serviços e bens essenciais à população. No entanto, as trabalhadoras foram sujeitas a um vil ataque aos seus direitos numa tentativa de fazer regredir direitos conquistados há décadas em nome da “crise pandémica” e do “esforço de todos” para a sua superação. Um “esforço” que ficou bem patente nos lucros astronómicos dos grandes grupos de distribuição no ano de 2020 e 2021.

A acção decisiva dos sindicatos de classe da CGTP impediu maiores retrocessos. Lutaram e garantiram a reposição de direitos, organizaram as trabalhadoras para a luta, tendo alcançado importantes vitórias, como é exemplo da luta das trabalhadoras da HuberTricot na reposição do pagamento de subsídio de transporte.

Um dos momentos mais marcantes da luta dos trabalhadores, na história recente do movimento sindical no distrito, foi a luta e a solidariedade para com a trabalhadora corticeira, Cristina Tavares.

Uma luta que pôs a nu as arbitrariedades, prepotências e ilegalidades a que os trabalhadores estão sujeitos e que teve um alcance nacional. A dignidade e firmeza da trabalhadora em exigir os seus direitos, nomeadamente o seu posto de trabalho, é exemplo de como tudo é possível com a luta dos trabalhadores..

Todos os anos, no distrito, é celebrado o Dia Internacional da Mulher a 8 de Março. No movimento sindical, a Semana da Igualdade promovida pela CGTP, tem fortalecido a luta de todos os dias pela valorização do trabalho das mulheres e dos seus direitos laborais e sociais.

Nos últimos anos, o ponto alto da comemorações do Dia da Mulher tem sido a manifestação nacional de mulheres organizada pelo Movimento Democrático das Mulheres (MDM), movimento que integra organizações de mulheres e outras associações. Nesta manifestação de mulheres e de todos os que se identificam com a sua luta, as palavras de ordem são sobre os problemas concretos que as mulheres ainda enfrentam no seu dia a dia, quer no local de trabalho, quer no seu ambiente familiar e social.

O MDM tem desenvolvido um conjunto de iniciativas muito significativo na região, acção que importa valorizar e fortalecer.

É necessário continuar a lutar para um país livre da discriminação de género, livre de qualquer tipo de violência, para que se possam exercer direitos, participando em igualdade.

2.4.2 - Movimento camponês

No quadro da luta de massas, o movimento camponês tem contribuído para a realização de grandes acções de luta, com particular destaque para as promovidas pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e pela UABDA (União dos Agricultores e Baldios do Distrito de Aveiro) que tem dinamizado importantes jornadas em defesa do sector agrícola e pecuário, a nível nacional e regional.

A Marcha dos Tractores, a última realizada em 2019, é um dos momentos mais marcantes da luta do sector no distrito de Aveiro, seja pela participação, combatividade e exigência de medidas de apoio ao sector e de valorização dos agricultores.

A luta em torno de preços justos à produção, de apoios tendo em conta o aumento dos custos dos factores de produção, de medidas efectivas de apoio aos produtores para fazer face às exigências com o bem-estar-animal, de medidas de compensação pelo prejuízo causado por animais selvagens, do reordenamento e valorização da floresta, têm marcado as acções e iniciativas do movimento camponês.

2.4.3 - Reformados, pensionistas e idosos

Esta importante camada da população do distrito, que continua a aumentar, enfrenta em cada dia maiores problemas e dificuldades fruto dos entraves do Governo PS à concretização de significativos avanços na valorização dos rendimentos e no reforço dos serviços públicos .

O PCP, com a sua intervenção, tem procurado e até conseguido minorar muitas das carências e repor diversas medidas sociais. Atente-se no fim do corte das pensões e a sua actualização, pelo menos as mais baixas, em 6 e 10 euros por mês desde 2016.

Para a concretização destas medidas sociais, foi fundamental a luta travada de forma organizada e o papel da Inter-Reformados que numa fase bastante difícil no país, nomeadamente no quadro do

surto epidémico, participou nas diversas acções de massas, de forma autónoma e convergente com o MURPI (Movimento Unitários dos Reformados, Pensionistas e Idosos), e no conjunto de iniciativas de âmbito nacional e distrital promovidas pela U.S. Aveiro e pela CGTP-IN.

Os reformados e pensionistas do distrito tiveram uma participação activa nas comemorações do 25 de Abril e do 1º Maio, nas manifestações nacionais e regionais, em acções de esclarecimento e de contacto, em debates, em tribunas públicas, reivindicando melhores reformas e pensões e condições dignas de vida. Neste âmbito, é de salientar o êxito da 9ª Conferência Distrital de Aveiro da Inter-reformados realizada em Abril de 2021, num contexto de epidemia, e que contou com mais de 50 participantes.

É necessário olhar também para o crescimento de reformados oriundos de outros sectores sociais que, não estando associados à Inter-Reformados, também foram essenciais para o desenvolvimento da luta.

A prossecução e intensificação da luta dos Reformados, Pensionistas e Idosos exige um imenso reforço de organização. É importante a criação de núcleos/associações de reformados nos concelhos em que tal seja possível, visando a criação de uma estrutura distrital que congregasse o trabalho das associações e o projectasse na Confederação MURPI que o enquadraria na luta mais geral.

2.4.4 - URAP

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) assume um papel determinante na luta pela defesa dos valores antifascistas, que é a luta pela defesa das liberdades democráticas e dos valores de Abril, no combate à falsificação e branqueamento do fascismo e da reescrita da história, que constitui um aspecto fundamental da ofensiva ideológica.

O núcleo regional de Aveiro da URAP, demonstrando a actualidade, potencialidade e vitalidade desta intervenção, tem desenvolvido uma intensa actividade através da realização de diversas iniciativas, sessões e debates, homenagens a democratas do distrito, comemoração dos aniversários dos Congressos da Oposição Democrática, e também através da participação em iniciativas populares, como as comemorações do 25 de Abril.

O reforço da URAP, nomeadamente do núcleo regional de Aveiro e da sua actividade é essencial para o avanço da luta democrática e antifascista.

3 – Balanço da Actividade

3.1 – Iniciativa política e partidária

O período decorrido desde a última Assembleia foi caracterizado por uma intensa actividade partidária, pela ligação e intervenção do Partido junto dos trabalhadores e das populações, pelo incentivo ao desenvolvimento da luta organizada, pelo desenvolvimento do distrito.

3.1.1 - iniciativa institucional

No plano institucional, é de salientar as várias perguntas, resoluções e intervenções sobre os problemas no distrito apresentadas na Assembleia da República, no Parlamento Europeu ou nas assembleias municipais e de freguesia. Neste plano, entre muitas outras, destacamos:

- a apresentação – e aprovação - na Assembleia da República (A.R.) das resoluções sobre a reabertura dos serviços de urgência no Hospital de Espinho, no Hospital de Ovar e no Hospital de

Estarreja; pela requalificação da Linha do Vale do Vouga em toda a sua extensão; pela eliminação das portagens nas ex-SCUT;

- as perguntas ao Governo sobre o encerramento de serviços nos Hospitais do distrito, de centros e extensões de saúde, sobre a falta de profissionais nos cuidados de saúde primários e hospitalares;

- sobre a violação de direitos dos trabalhadores, o condicionamento da actividade sindical, o encerramento de empresas e despedimento de trabalhadores;

- sobre os problemas sentidos no sector agrícola e no sector da pesca, com especial relevo à intervenção do PCP na A. R. sobre o aumento significativo do preço das licenças para a majoeira no ano de 2020 e que resultou na admissão de um erro por parte do Governo, com a garantia de ressarcir os pescadores afectados;

As visitas e audições promovidas com a participação dos deputados do Partido, na A.R. ou no Parlamento Europeu (P.E.), muito contribuíram para essa rica intervenção e demonstra a estreita articulação dos eleitos do Partido com as reivindicações das populações.

3.1.2 - iniciativas do partido

A O.R. Aveiro do PCP esteve ao lado dos trabalhadores nas várias acções de luta travadas em defesa dos seus direitos, pela contratação colectiva, a valorização dos salários e das carreiras, contra a precariedade e a desregulação dos horários de trabalho, como a luta dos trabalhadores da Renault Cacia, dos trabalhadores corticeiros, dos CTT, da Adra e das Águas de Portugal, da AveiroBus, da Maiolica, dos enfermeiros, a Greve e desfile dos trabalhadores da MDA, a luta na Aspic, na Lactogal, na Tesca, na Treves(Têxtil) entre outras.

Participou nas acções promovidas pela CGTP, nas manifestações nacionais, nas acções distritais, nas comemorações do 1º Maio, onde se destaca, pela sua importância, alcance a afirmação da luta determinada dos trabalhadores, as comemorações do 1º Maio de 2020 e de 2021.

Denunciou e expôs os atropelos, abusos e aproveitamento que as grandes empresas do distrito fizeram da pandemia.

Esteve ao lado da população em defesa dos serviços públicos, contra o encerramento dos postos de CTT, dos balcões da CGD, dos centros e extensões de saúde do distrito, por mais profissionais de saúde, contra a privatização da água e em defesa da água pública, pelo direito à habitação, em defesa da Linha do Vale do Vouga, pela reposição das freguesias.

Dinamizou e mobilizou a população com abaixo-assinados sobre questões concretas, como a reabertura da urgência no Hospital de Estarreja ou a recuperação da ponte caída que liga Valongo a Macinhata do Vouga.

Promoveu debates e sessões públicas sobre a situação política nacional, sobre a prostituição, sobre a Lei de Bases da Saúde, o Serviço Nacional de Saúde, sobre os direitos das mulheres, sobre a floresta e a agricultura familiar, as acessibilidades e mobilidade, sobre a investigação e o ensino superior.

Concretizou diversas iniciativas, em todo o distrito, em torno das comemorações do 25 de Abril, com particular destaque para a Conferência dos 40 Anos do 25 de Abril.

Comemorou os 170 anos do Manifesto do Partido Comunista, a Revolução de Outubro e o Centenário do Partido Comunista Português.

Promoveu debates, sessões públicas e apresentação de livros das Edições Avante, de que são exemplo iniciativas em torno da política patriótica e de esquerda, do Centenário do PCP, as apresentações do livro sobre a candidatura de Arlindo Vicente e sobre os Cem anos do PCP.

Recordou e homenageou os militantes comunistas Ferreira Soares, com a romagem anual à sua campa, e Mário Sacramento, com uma exposição e sessões públicas, por ocasião do centenário do seu nascimento.

Realizou iniciativas de convívio, com destaque para o tradicional Convívio Regional que se realiza anualmente e as iniciativas em torno da Festa do Avante e do aniversário do PCP.

As comemorações do Centenário do PCP no distrito, que incluíram várias e variadas iniciativas, tiveram o seu momento alto com a realização de três acções em simultâneo e a afixação de bandeiras e faixas a 6 de Março de 2021 e com a realização de um Concerto Comemorativo do Centenário em Maio desse ano.

3.2 – Eleições

As batalhas eleitorais são momentos importantes da intervenção do PCP, constituindo importantes espaços de participação e esclarecimento, de denúncia da política de direita e de afirmação da alternativa patriótica e de esquerda.

Entre a X e XI Assembleia, a O.R. Aveiro participou activamente nos actos eleitorais para a Assembleia da República, Autarquias Locais, Parlamento Europeu e Presidência da República. Eleições que tiveram lugar num contexto de acentuada e prolongada ofensiva anticomunista, que aliou a deturpação de posições com o silenciamento à intervenção do PCP a que se somou a promoção de outras forças políticas. Sem prejuízo de insuficiências que devem ser avaliadas, corrigidas e superadas, esta é uma realidade objectiva que não pode ser desconsiderada

A O.R. Aveiro desenvolveu uma intensa campanha de contacto com as populações, envolvendo as organizações do partido e muitos independentes, esclarecendo e apresentando as propostas para o país e para o distrito.

De modo geral, os resultados obtidos no distrito de Aveiro nas eleições para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais, seguiram a tendência nacional. Nas eleições autárquicas (2017 e 2021), o PCP e a CDU diminuiu o número de eleitos nas Assembleias Municipais e nas Assembleias de Freguesia, contando actualmente com 22 eleitos.

O resultado obtido pela CDU nas eleições legislativas antecipadas, em Janeiro de 2022, – 4,4% dos votos e a eleição de 6 deputados – traduz uma quebra eleitoral com uma significativa perda de deputados, incluindo a representação parlamentar do PEV. Um resultado que, ficando aquém do trabalho que realizou e do determinante contributo que deu para os avanços e conquistas conseguidos nos últimos anos, do valor das soluções que apresentou para os problemas nacionais e da ampla campanha de esclarecimento e mobilização para o voto que realizou, representa um elemento negativo na vida nacional.

É justo valorizar as campanhas realizadas, assentes no contacto directo, no esclarecimento e na divulgação do projecto da CDU, com a realização de dezenas de acções que foram desde contactos com trabalhadores em diversas empresas, com pescadores, agricultores e com jovens, a tribunas e sessões públicas passando ainda por comícios e arruadas com participação significativa.

Neste quadro mais difícil, o PCP reafirma a sua determinação de prosseguir e intensificar com confiança a intervenção em defesa dos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo, das soluções para os problemas nacionais, e por uma política patriótica e de esquerda.

4 – O Partido

4.1 – Organização

4.1.1- caracterização

No balanço de organização de 2021 estavam inscritos na O.R. de Aveiro 1272 camaradas, menos 131 que na anterior assembleia, que resultam da clarificação da situação dos militantes nas várias acções de contacto entretanto realizadas.

Na composição social regista-se que cerca de 40% são operários e 28% são empregados, continuando a reflectir a natureza de classe do Partido.

25,4% dos membros do Partido são mulheres, um acréscimo face à última assembleia.

No plano etário, acentua-se a tendência de envelhecimento da organização com 44% dos militantes com mais de 64 anos.

4.1.2 - Organização nas empresas e locais de trabalho

Em 2018, em linha com as decisões do XX Congresso do PCP, procedeu-se a uma alteração estrutural na organização do Partido no distrito com a criação do organismo regional de Empresas e Locais de Trabalho e conseqüente transferência de mais de cem camaradas (10% da organização), organizados por 18 organismos de célula de empresa e de sectores profissionais.

Na prática, camaradas que estavam organizados em cada um dos concelhos passaram a estar organizados por esta estrutura regional em células de empresa e sectores. Esta alteração representou, por um lado, uma evolução “natural” dos organismos que funcionavam a partir dos concelhos e por outro lado, a criação novas células e sectores com base na situação profissional dos camaradas.

De acordo com os dados do balanço de organização, temos actualmente 130 camaradas organizados por 22 organismos de célula ou sector profissional.

A avaliação política desta reorganização é complexa e com elementos contraditórios que exige uma reflexão constante, ponderação e criatividade na procura das melhores soluções para dinamizar e aprofundar o funcionamento e capacidade de intervenção destes organismos.

Se a orientação de reforçar o trabalho do Partido nas empresas e locais de trabalho é aceite por todos na organização como a principal prioridade de intervenção do Partido, também se verificam dificuldades em operacionalizar essa orientação com tudo o que ela implica: o acompanhamento a cada um dos militantes, o pagamento da sua quota para este organismo, a realização de reuniões regulares, a intervenção específica no sector ou local de trabalho, não perdendo a sua ligação com a freguesia ou concelho a que pertence.

O balanço é claramente positivo, embora com resultados ainda insuficientes. Foram criadas novas células e outras passaram a funcionar com regularidade. Outras entretanto criadas continuam a ter um funcionamento deficiente ou não funcionam. Prevalece ainda um número significativo de camaradas cuja ligação se realiza por contacto pessoal ou telefónico.

Muitos camaradas passaram a ter um espaço de discussão e o Partido melhorou o seu conhecimento da realidade e dos problemas, o que se traduziu numa maior intervenção. Por outro lado verificaram-se situações de ausência de ligação entre estes camaradas e as respectivas organizações concelhias, situação que importa corrigir.

A dispersão de membros do Partido, trabalhadores de uma mesma empresa ou sector de actividade pelo distrito, com locais de residência muito diversos e distantes, bem como a inconstância da situação profissional, os horários desfasados e desregulados, obriga a uma constante avaliação das formas de organização que melhor correspondam ao objectivo estratégico de ampliar a organização partidárias nas empresas e locais de trabalho. A criação de organismos de âmbito concelhio que integrem camaradas de vários sectores e empresas, deve ser retomada, onde tal se adegue.

São direcções de trabalho:

- a manutenção do ficheiro actualizado, de acordo com a situação profissional de cada militante;
- trabalhar para a criação de organismos de Empresas e Locais de Trabalho nas organizações concelhias onde o número de membros do Partido o justifique;
- insistir no funcionamento regular dos organismos existentes;
- procurar novas formas de contacto com os militantes, possibilitando a sua participação;
- dinamizar a realização de iniciativas, incluindo de convívio;
- responsabilizar quadros não funcionários pelo acompanhamento destas organizações;
- incentivar a criação de documentos específicos e a sua distribuição;
- esclarecer e consciencializar cada militante da importância da sua participação na célula ou sector profissional.

4.1.3 - militância

O reforço de uma organização não se mede apenas em termos estatísticos, mas essencialmente na assunção plena da condição de militante que passa pela participação nos organismos, com sentido crítico, na disponibilidade para assumir e concretizar tarefas, no pagamento regular da quotização, na participação e na dinamização de iniciativas.

A militância implica trabalhar para levar o mais longe possível a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, valorizar as vitórias alcançadas, combater o desânimo, transmitir confiança na construção de um futuro melhor. Implica ser vigilante, ter disponibilidade para ouvir e aprender, o estudo e a elevação do conhecimento, e ter como preocupação permanente o recrutamento.

A militância é a atitude característica do comunista na sociedade e na vida. É a alegria da entrega à organização e à luta pelas causas que defendemos .

Os militantes são a força e o rosto do nosso Partido, é através deles que o PCP intervém junto dos trabalhadores e do povo, trabalhando para o reforço da organização, para a formação de novos quadros e no seu enquadramento nas tarefas diárias da sua organização.

O contributo individual de cada militante é parte integrante do trabalho colectivo e da democracia interna do Partido, é o garante da ligação às massas, do conhecimento dos seus problemas e aspirações, da dinamização e organização da luta.

Assim, a militância é a principal fonte de capacidade de intervenção do Partido, que será tanto maior quanto mais militantes estiverem conscientes de que a força do Partido é determinada pela sua acção no quadro do trabalho colectivo.

De modo geral, a O.R. Aveiro tem mantido o número de militante que constituem o seu “núcleo mais activo” em cerca de 300 militantes (23% da organização), o que continua a ser insuficiente. O aprofundamento da militância e o assumir de tarefas por parte de cada militante é um aspecto essencial para todo o colectivo e inseparável da vida e crescimento do Partido. Elevar a militância implica que mais camaradas entendam o seu valor e a sua importância num Partido revolucionário e assumam uma tarefa, mesmo a mais simples.

4.2 – Direcção

A Direcção da Organização Regional de Aveiro (DORAV) eleita na X Assembleia era composta por 44 elementos. A DORAV conta actualmente com 39 membros.

Resultado das inúmeras tarefas a que o Partido teve de dar resposta, designadamente as eleitorais, bem como da situação de epidemia, não foi possível realizar a XI Assembleia no calendário previsto. Essa situação obrigou a que se tivesse de recorrer à cooptação de novos membros neste período.

Entre Assembleias, a DORAV reuniu 23 vezes, cumprindo, no essencial, o seu papel de organismo de direcção do Partido no distrito.

Os organismos de direcção da DORAV – executivo e secretariado – sofreram grandes e várias alterações desde a última assembleia. Verificou-se a responsabilização e integração de novos quadros, e uma alteração significativa no quadro de funcionários do Partido. Mantendo o seu funcionamento regular, têm assegurado as tarefas de direcção e dinamização da intervenção do Partido. O seu papel foi particularmente importante durante o ano de 2020 e início de 2021, mantendo sempre o seu funcionamento, assegurando, mesmo no contexto de epidemia, o contacto com os militantes e o trabalho colectivo nas diversas organizações.

É justo afirmar que o Partido não parou, resistiu e manteve forte intervenção durante esse período difícil.

4.2.1 - Funcionamento dos organismos

Entre 2017 e até hoje, realizaram-se 11 assembleias de organização concelhia. A situação de epidemia prejudicou a normal realização de outras. Atraso que importa ultrapassar ainda no ano de 2022.

No distrito existem 17 comissões concelhias, sendo que as concelhias de Mealhada, Aveiro, Águeda, Ovar e Espinho têm organismos executivos das respectivas concelhias.

Existem ainda 10 comissões de freguesia.

São direcções de trabalho:

- a discussão regular dos problemas existentes no âmbito do concelho e/ou da freguesia e a decisão sobre a forma de intervir sobre eles;

- a regularidade de funcionamento destes organismos de direcção, estabelecendo periodicidade, dia e hora.
- a constituição de executivos nas Comissões Concelhias onde tal se justifique;
- a definição de tarefas de todos os seus membros, melhorando o controlo de execução sobre as decisões tomadas;

4.2.2 - As organizações de base

A organização não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para intervir sobre a realidade que queremos transformar.

Garantir que cada militante está organizado e tem uma tarefa é essencial para tornar o Partido mais forte e com maior capacidade de intervenção.

Assim, as organizações locais, de freguesia, localidade ou bairro, assumem grande importância na actividade geral do Partido.

Mas é preciso olhar para a organização do Partido, sem pré-concepções e de forma criativa, e procurar o enquadramento de militantes procurando aproveitar o que cada um tem de melhor para dar à actividade do Partido, criando novos organismos, de acordo com as condições existentes em cada local.

São direcções de trabalho:

- a definição por parte das Comissões Concelhias das freguesias prioritárias para colocar a funcionar as respectivas organizações tendo presente a sua importância política e o número de militantes do Partido;
- a responsabilização de camaradas pela ligação entre a Concelhia e a organização de base.

4.2.3 - Frentes de trabalho prioritárias

4.2.3.1 - Sindical

Para além da célula da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro, funcionam com regularidade o organismo da Direcção da União, recentemente criado, do CESP e dos Texteis. Realizam-se também reuniões com os membros do Partido nos Professores, na Função Pública e no SITE C/N.

São direcções de trabalho:

- actualizar o levantamento dos membros do Partido que integram as direcções sindicais ou que são delegados sindicais, de forma a melhorar o acompanhamento a esses camaradas promovendo a discussão colectiva;
- realizar um Encontro Regional de Quadros no Movimento Sindical.

4.2.3.2 - Autarquias locais

No acompanhamento do trabalho dos eleitos nas Assembleias Municipais e de Freguesia, regista-se a realização de reuniões distritais e a existência de organismos para o trabalho autárquico em 9 concelhos. O funcionamento regular dos organismos concelhios é determinante para uma intervenção autárquica sustentada na realidade concreta do concelho, para o reforço do trabalho colectivo, contrariando a sobrevalorização do eleito em detrimento do colectivo.

São direcções de trabalho:

- a realização no mínimo 2 vezes por ano, de reuniões de âmbito distrital;
- a prestação de contas no plano do Partido e da CDU e as iniciativas de contacto com as populações;
- a utilização das redes sociais como um importante instrumento de comunicação, mas que não dispensa nem substitui o contacto directo, característica fundamental e distintiva de nosso trabalho.

4.2.3.3 - Reformados e pensionistas

Valoriza-se o funcionamento regular do organismo dos membros do Partido na Inter-Reformados CGTP-IN e a realização de iniciativas e reuniões de âmbito distrital, a última das quais em contexto de epidemia. A diminuição do número de organismos de reformados nos concelhos é um aspecto que urge rectificar no imediato.

São direcções de trabalho:

- a institucionalização de reuniões mensais com camaradas reformados em cada um dos concelhos onde o número de membros do Partido o justifique;
- a responsabilização em cada Comissão Concelhia, de um camarada por esta tarefa;
- criar onde possível organismos de reformados nos concelhos;
- as medidas para a criação de uma estrutura do MURPI no distrito.

4.2.3.4 - Mulheres

A O.R. de Aveiro tem procurado corresponder a esta importante frente de trabalho, seja incentivando a participação dos seus militantes, seja promovendo iniciativas de carácter regional como foi o jantar comemorativo do Dia Internacional da Mulher em 2020 que juntou mais de duas centenas de participantes, seja na realização de plenários de militantes e na organização de debates sobre duas das situações mais gravosas a que milhares de mulheres estão sujeitas: o tráfico de seres humanos e a prostituição.

Na sua acção, os comunistas devem trabalhar para um maior envolvimento de outros quadros, contribuindo para o fortalecimento e reforço orgânico, para a acção e intervenção das diversas estruturas de Movimento das Mulheres, como o MDM.

Regista-se positivamente a existência de um organismo para o trabalho com as mulheres que tem possibilitado a coordenação do trabalho no plano unitário, designadamente na preparação das comemorações do 8 de março e das manifestações nacionais de mulheres.

São direcções de trabalho:

- o funcionamento regular do organismo, o reforço da sua composição de forma a que melhore a intervenção e iniciativa partidária.

4.2.3.5 - Utentes

Os comunistas desempenham um papel fundamental na dinamização do Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos (MUSP), contribuindo para a denúncia e a mobilização das populações para a luta em defesa dos serviços públicos, designadamente em defesa do Serviço Nacional de Saúde e dos transportes.

A necessidade de intensificar essa acção nos próximos tempos, impõe as seguintes direcções de trabalho.

- tornar regular a discussão em torno do trabalho político unitário, planificar a acção e definir prioridades;
- a dinamização de novas estruturas em função dos problemas existentes;
- o reforço da estrutura distrital do MUSP, destacando membros do Partido para essa tarefa.

4.3 Recrutamento, integração e responsabilização quadros

Entre 2017 e 2020, aderiram ao Partido 85 novos militantes. Uma redução face a período idêntico na última assembleia.

No período entre assembleias, destaca-se a acção nacional de contacto com 5000 trabalhadores para lhes dar a conhecer as razões pelas quais devem aderir e reforçar o PCP. No distrito, foram identificados 172 nomes a contactar, realizam-se 148 conversas, das quais resultaram 40 recrutamentos (27%). Sendo positivo, também é certo que vários contactos ficaram por fazer, revelador de alguma falta de audácia e disponibilidade para a tarefa.

Em 2021, face à decisão do Comité Central de arranque de uma nova campanha de recrutamento até Março de 2023, a O.R. Aveiro estabeleceu uma meta de 90 novos militantes, com particular relevância entre jovens, operários e empregados como um dos elementos cruciais para o futuro de classe do nosso partido, Um objectivo ambicioso, tendo em conta as médias de recrutamento anteriores. Até esta assembleia foram concretizadas 32 novas adesões ao Partido.

O êxito da campanha e do reforço da organização do Partido deve ser assumido como tarefa central de cada militante, com particular relevo para os camaradas dos organismos dirigentes.

A integração dos novos militantes continua aquém do necessário, mas no último ano foram dados pequenos passos com a atribuição de tarefas concretas e integração nos organismos de vários camaradas.

É fundamental continuar e até aumentar a realização de acções de formação ideológica, não apenas para os novos militantes, mas também para a generalidade da organização sobre o papel do Partido, os seus objectivos, programa, princípios e forma de funcionamento.

É de valorizar os avanços realizados em algumas organizações concelhias, com os camaradas a assumirem o seu papel de dirigentes e dinamizadores do trabalho do partido, contrapondo a concepção do trabalho focado exclusivamente na acção do quadro funcionário, pese embora o muito caminho que ainda há a percorrer.

O reforço do trabalho colectivo merece particular atenção, rejeitando concepções em que o trabalho de um organismo se cinge à acção, opinião ou intervenção de dois ou três camaradas, por muito certa e útil que seja. Nada pode substituir o trabalho colectivo e todos os membros de um organismo devem ser incentivados a contribuir para a vida do Partido.

No que toca à responsabilização de quadros, o balanço é claramente positivo. Embora nem todas as responsabilizações tenham resultado, é de salientar a capacidade de adaptação e de adopção de medidas que permitiram reforçar, desde logo o executivo e secretariado da DORAV, com mais camaradas não funcionários a assumir responsabilidades por organizações concelhias.

No planos das organizações concelhias, também se deram passos importantes, em particular no último ano, em resultado do grande envolvimento das organizações em torno das eleições para as autarquias locais. Só desde Outubro de 2021 e até hoje, foram responsabilizados mais de trinta camaradas assumindo novas tarefas no plano autárquico, na organização dos reformados, das empresas e locais de trabalho ou das freguesias.

4.4 - O apoio à JCP e a intervenção junto da juventude

A JCP tem assumido um papel de vanguarda na mobilização, consciencialização e organização dos jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, visível na intervenção e nas acções de luta desenvolvidas.

O relacionamento entre o PCP e a JCP desenvolve-se numa perspectiva de articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho, tendo por base o respeito pela autonomia e capacidade de decisão e acção própria da JCP.

Assim, respeitando a autonomia da JCP e sem se demitir de ter proposta e intervenção própria sobre os problemas da Juventude, a DORAV deve manter o apoio à JCP e procurar melhorar a sua articulação e ligação no plano regional, mas também nos vários concelhos, empresas prioritárias e sectores de actividade.

4.5 – Informação e propaganda

Na Informação e Propaganda do Partido é necessário partir da análise e avaliação rigorosa da realidade objectiva para concretizar uma mensagem verdadeira, clara, oportuna e eficaz – sempre tendo em vista a ligação às massas, à luta, à intervenção e ao reforço do Partido. Esta é uma tarefa de todo o Partido e dos seus militantes que deve merecer uma maior atenção dos seus organismos de forma articulada.

É indispensável continuar a assegurar cada vez mais a formação e responsabilização de mais camaradas para esta tarefa, potenciando a mensagem do Partido. É decisivo que a mensagem do Partido em cada situação concreta seja decidida e divulgada com maior celeridade. É um instrumento para combater preconceitos e o anti-comunismo, para esclarecer, informar e divulgar as nossas posições e propostas, o nosso trabalho, iniciativa e acção.

No plano regional, entre 2017 e hoje, podemos afirmar que o balanço é positivo. Verificou-se uma evolução significativa na produção e divulgação de documentos específicos das diversas concelhias, de sectores e locais de trabalho – Universidade de Aveiro, motoristas, Renault.

Actualmente, as concelhias de Aveiro, Espinho, Oliveira de Azemeis, Ovar, Águeda e a célula da Universidade de Aveiro têm boletins próprios com exemplos de intervenção e propostas do Partido, com uma publicação minimamente regular.

Há imensas potencialidades nesta importante frente de trabalho. A identificação célere do problema, a informação à organização, a elaboração de uma proposta de documento e sua discussão e construção colectiva, tirando partido das novas tecnologias, é tarefa de cada militante do partido. A reprodução, distribuição e divulgação pelos trabalhadores, população e restante colectivo partidário dessa tomada de posição é outro elemento que não pode ser descuidado. Pouco serve a tomada de posição do Partido se os seus destinatários não a conhecem.

Reconhecendo insuficiências, é de valorizar os passos dados e incentivar novos avanços, tirando partido das imensas possibilidades de intervenção.

Sem menosprezar todos os meios que estejam ao nosso alcance e que devemos potenciar, há que valorizar a marca distintiva do Partido na comunicação: o contacto directo com os trabalhadores e as populações – factor de prestígio e reconhecimento do Partido que constitui um importante instrumento para a criação de organização partidária entre os trabalhadores.

As novas tecnologias e os novos meios de comunicação electrónica podem e devem ser melhor trabalhadas pelo colectivo partidário, tirando partido das suas vantagens, sem descurar os seus perigos.

O recurso aos novos meios de comunicação electrónica, incluindo as redes sociais, úteis na ligação com os membros do Partido e na sua inserção, não pode substituir a integração, a participação na actividade e o contacto pessoal com os militantes. Tão pouco, substituir as reuniões e discussão colectiva ou sobrepor-se ao organismo de direcção concelhio ou sectorial.

A rápida divulgação e difusão da mensagem do Partido, constituem a principal vantagem dos novos meios de comunicação electrónica. Há que continuar o trabalho de constituição de novos suportes digitais nos principais organismos do Partido, com destaque para os sectores profissionais, de impulsionar o alcance dessas comunicações e publicações, de forma a aproveitar em pleno as suas potencialidades.

São orientações:

- identificar e responsabilizar camaradas com condições técnicas e políticas e promover acções de formação nesta área;
- responsabilizar mais camaradas por esta frente, assegurando um colectivo em condições de responder atendidamente às necessidades;
- reforçar a propaganda dirigida às empresas e locais de trabalho, abordando questões concretas;
- continuar e alargar a mais concelhos a produção de boletins próprios;
- assegurar a actualização rápida da rede de “mupis” em cada concelho;
- reforçar a utilização de equipamentos de som devidamente equipados para a realização de mini-comícios e acções de agitação;
- melhorar e aprofundar os conteúdos na página da DORAV na internet;
- actualizar os contactos de correio electrónico de amigos do Partido;
- desenvolver de forma criativa acções de agitação.

4.6 – Imprensa partidária

A ofensiva ideológica veiculada pelos media dominantes, seja através dos tradicionais meios de comunicação social de massas, seja através de plataformas electrónicas como as chamadas «redes sociais», tem um poder crescente na formação de opiniões, gostos e opções políticas e ideológicas. O controlo dos principais meios de comunicação social por grandes grupos económicos, ligados ao capital financeiro, tem repercussões na informação produzida e no entretenimento, sendo os seus conteúdos difundidos de forma massiva: a aceitação da exploração, do empobrecimento como natural e inevitável e promovido o silenciamento e a deturpação das análises, acções e propostas dos comunistas.

Para combater esta ofensiva o Partido tem instrumentos próprios, entre eles o “Avante!” e “O Militante”.

Actualmente, por via orgânica, são vendidos 149 avantes e **46** militantes, um decréscimo face à última Assembleia. Das 20 organizações do Partido no distrito (19 concelhias e uma de empresas e locais de trabalho), apenas 11 têm a venda por via orgânica (sem alteração desde a anterior Assembleia).

Na experiência das iniciativas de venda de Avante! “especial”, registamos, no geral, uma boa dinâmica de venda, nomeadamente com as vendas em banca de rua. É importante incentivar este meio de venda do Avante e avançar na venda à porta dos locais de trabalho.

Particular destaque deve ser dado ao esforço de toda a organização partidária que, durante todo o período de confinamento assegurou a distribuição da imprensa partidária, incluindo no concelho de Ovar, em cerco sanitário durante um mês.

Considerando o importante papel da imprensa do Partido, propomos como linhas de orientação:

- responsabilizar camaradas em todos os organismos pela tarefa da imprensa do Partido;
- aumentar o número de distribuidores e acompanhar o seu trabalho;
- agilizar a recepção do “Avante!” e de “O Militante” aos militantes e simpatizantes do Partido, melhorando e divulgando o sistema de assinatura;
- garantir nas organizações o envio regular de informação para o “Avante!” (iniciativas do Partido, lutas de trabalhadores e de populações);
- garantir bancas e vendas de rua, o maior o número de vezes possível, assumindo uma regularidade na presença do “Avante!” na rua e nos locais de trabalho.

4.7 – Património e meios financeiros

A independência financeira do PCP é fundamental para garantir a independência política e ideológica do Partido, sendo por isso necessário melhorar cada vez mais o nosso trabalho nesta área. Reforçar a independência do Partido é garantir os meios necessários para a sua intervenção junto dos trabalhadores e do povo.

É uma tarefa que exige desde logo quadros preparados e conscientes da sua importância para a acção imediata e futura do Partido.

Ao longo dos últimos anos foi possível reforçar as transferências regulares para a organização regional, regularizar a verba proveniente dos eleitos (embora persistam ainda alguns casos onde o princípio de não ser prejudicado ou beneficiado não é cumprido e que importa reverter) e aumentar

as receitas provenientes das mesas de voto (e também aqui, persistem resistências que é preciso ultrapassar).

No entanto, não se verificou uma melhoria no pagamento regular da quota. Isto é, não se avançou naquela que é a mais importante fonte de receita do Partido. É necessário dar particular atenção à concretização da campanha nacional para a quota em dia e o aumento do seu valor, apelando a que mais camaradas fixem o mínimo de 1% do rendimento - base de referência - como valor da quota mensal e que, não podendo ainda atingir esse valor, aumentem a sua quota mensal em pelo menos um euro. Ao mesmo tempo, coloca-se como muito importante a necessidade do aumento do número de camaradas com a responsabilidade do recebimento de quotas e o alargamento do uso de outros meios disponíveis para o pagamento regular, nomeadamente a transferência bancária.

Desde a última assembleia verificou-se uma melhoria na situação financeira global da O.R. Aveiro, mas é necessário aprofundar o trabalho realizado pois o objectivo de independência financeira desta organização regional face à caixa central, ainda está longe de ser uma realidade.

A Organização Regional de Aveiro conta com 10 Centros de Trabalho. É essencial tirar o devido aproveitamento das suas potencialidades, melhorando as suas condições de funcionamento, criando condições para uma maior presença de militantes e simpatizantes. Os Centros de Trabalho, além de espaços para a preparação da intervenção do Partido, podem ser potenciados através da dinamização de várias outras iniciativas, como convívio, acções de formação ideológica e debate. Neste contexto, é de valorizar os passos dados no ct de S. João da Madeira e de Ovar, que tem mantido iniciativas regulares, nos cts de Aveiro, Águeda, Stª Maria da Feira e Espinho onde foi possível criar uma dinâmica de iniciativas de convívio, confraternização e discussão.

No âmbito das comemorações do centenário do PCP, realizou-se uma importante acção de reforço partidário, da qual fez parte a Campanha Nacional de Fundos "O futuro tem Partido", realizada entre Abril de 2020 e Maio de 2021, onde cada um foi chamado a dar a sua contribuição para aumentar a capacidade financeira do Partido, para garantir os meios para a sua intervenção.

Esta campanha foi a mais significativa que o partido lançou até hoje. Foram elaboradas listas de camaradas e amigos a abordar, foram estabelecidos objectivos e compromissos, no entanto nesta campanha apenas alcançámos metade da meta estabelecida, com diferenças significativas no empenho, compreensão e consequente resultado da campanha entre as várias concelhias. O contexto de epidemia não justifica o não cumprimento dos objectivos.

Continuar a contenção de despesas e aumentar as receitas são objectivos que devemos ter em conta, nomeadamente:

- concretizar com êxito a actual campanha nacional de actualização da quotização;
- aumentar o número de camaradas a pagar quotas e envolver mais camaradas com a tarefa de cobrança;
- tomar medidas em todas as organizações para superar as dificuldades que persistem para aumentar o número de camaradas a pagar quotas por transferência bancária;
- criar grupos de trabalho que contactem os membros do partido com quotas em atraso para as regularizar, definir objectivos e acompanhar a concretização;
- dinamizar a actualização das quotas, tendo como referência 1% do salário ou pensão;
- dinamizar em todas as organizações a realização de iniciativas de fundos;
- valorizar e melhorar as condições dos Centros de Trabalho do Partido.

Anexos

Tabela 1 - População residente por grupo etário (dados INE, CENSOS 2021)

| | | | |
|--------------------|--------------|--|--------|
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 46.131 (-3.3%) | |
| Águeda | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 5557 | 6642 |
| | 15-24 | 5151 | 4523 |
| | 25-64 | 26598 | 24188 |
| | 65 e mais | 9338 | 11863 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 24.842 (-1.6%) | |
| Albergaria-a-Velha | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3893 | 3192 |
| | 15-24 | 2687 | 2617 |
| | 25-64 | 14.118 | 13.368 |
| | 65 e mais | 4554 | 5665 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 80.978 (+3.2%) | |
| Aveiro | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 11.431 | 10.493 |
| | 15-24 | 8551 | 8426 |
| | 25-64 | 45.202 | 45.048 |
| | 65 e mais | 13.266 | 17.011 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 27.535 (-5.5%) | |
| Anadia | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3739 | 2961 |
| | 15-24 | 2914 | 2628 |
| | 25-64 | 15.602 | 13.833 |

| | | | |
|------------------|--------------|---|--------|
| | | | |
| | 65 e mais | 6.895 | 8.113 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 21.154 (-5.39%) | |
| Arouca | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3463 | 2676 |
| | 15-24 | 2713 | 2285 |
| | 25-64 | 12.159 | 11.160 |
| | 65 e mais | 4.024 | 5.033 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 15.589 (-6.8%) | |
| Castelo de Paiva | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 2.703 | 1.830 |
| | 15-24 | 2.103 | 1.907 |
| | 25-64 | 9.337 | 8.600 |
| | 65 e mais | 2.590 | 3.252 |
| | | | |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 31.045 (-2.2%) | |
| Espinho | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 4.043 | 3.300 |
| | 15-24 | 3.406 | 3.107 |
| | 25-64 | 17.783 | 15.864 |
| | 65 e mais | 6.554 | 8.774 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 39.239 (+1.7%) | |
| Ílhavo | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 5.955 | 5.277 |
| | 15-24 | 5.262 | 4.030 |
| | 25-64 | 21.977 | 21.485 |

| | | | |
|---------------------|--------------|--|--------|
| | | | |
| | 65 e mais | 6.404 | 8.447 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 10.478 (-1.0%) | |
| Murtosa | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 1.639 | 1.404 |
| | 15-24 | 1.168 | 1.076 |
| | 25-64 | 5.390 | 5.415 |
| | 65 e mais | 2.388 | 2.583 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 66.190 (-3.5%) | |
| Oliveira de Azeméis | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 9.679 | 7.681 |
| | 15-24 | 7.930 | 6.896 |
| | 25-64 | 38.960 | 36.339 |
| | 65 e mais | 12.042 | 15.274 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 23.143 (+0.5%) | |
| Oliveira do Bairro | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3.627 | 3.222 |
| | 15-24 | 2.336 | 2.427 |
| | 25-64 | 12.329 | 12.042 |
| | 65 e mais | 4.736 | 5.452 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 54.968 (-0.8%) | |
| Ovar | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 8.583 | 6.813 |
| | 15-24 | 6.286 | 5.994 |
| | 25-64 | 31.721 | 30.357 |
| | 65 e mais | 8.808 | 11.804 |

| | | | |
|----------------------|--------------|---|--------|
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 136.715 (-1.9%) | |
| Santa Maria da Feira | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 22.041 | 17.169 |
| | 15-24 | 16.035 | 14.808 |
| | 25-64 | 80.610 | 76.098 |
| | 65 e mais | 20.623 | 28.640 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 22.144 (+2.0%) | |
| São João da Madeira | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3.126 | 2.681 |
| | 15-24 | 2.514 | 2.349 |
| | 25-64 | 12.498 | 12.208 |
| | 65 e mais | 3.575 | 4.906 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 11.063 (-10.5%) | |
| Sever do Vouga | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 1.640 | 1.124 |
| | 15-24 | 1.332 | 1.116 |
| | 25-64 | 6.508 | 5.564 |
| | 65 e mais | 2.876 | 3.259 |
| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 22.889 (+0.2%) | |
| Vagos | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 3.405 | 3.056 |
| | 15-24 | 2.713 | 2.324 |
| | 25-64 | 12.251 | 12.001 |
| | 65 e mais | 4.482 | 5.508 |

| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 21.275 (-6.9%) | |
|----------------|--------------|--|--------|
| Vale de Cambra | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 2.899 | 2.269 |
| | 15-24 | 2.515 | 1.979 |
| | 25-64 | 12.621 | 11.033 |
| | 65 e mais | 4.829 | 5.994 |

| Município | Faixa etária | Variação (2011, 2021) População: 19.355 (-5.3%) | |
|-----------|--------------|--|--------|
| Mealhada | | 2011 | 2021 |
| | 0-14 | 2.831 | 2.222 |
| | 15-24 | 2.033 | 1.917 |
| | 25-64 | 11.238 | 10.189 |
| | 65 e mais | 4.326 | 5.027 |

Tabela 2- Poder de compra per capita na região de Aveiro (dados Pordata)

| Âmbito Geográfico | Anos | 2015 | 2017 | 2019 |
|--------------------------|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| NUTS 2013 | Portugal | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| NUTS I | Continente | 100,7 | 100,7 | 100,6 |
| Município | Arouca | 69,5 | 70,8 | 72,7 |
| Município | Espinho | 104,6 | 103,0 | 104,4 |
| Município | Oliveira de Azeméis | 83,4 | 83,1 | 83,4 |
| Município | Santa Maria da Feira | 84,6 | 84,8 | 85,8 |
| Município | São João da Madeira | 136,1 | 135,4 | 130,6 |
| Município | Vale de Cambra | 88,2 | 86,9 | 87,4 |
| Município | Águeda | 86,1 | 86,5 | 86,6 |
| Município | Albergaria-a-Velha | 83,7 | 84,5 | 86,5 |
| Município | Anadia | 79,6 | 78,7 | 80,4 |
| Município | Aveiro | 125,1 | 123,1 | 121,8 |
| Município | Estarreja | 82,5 | 82,1 | 84,5 |
| Município | Ílhavo | 88,2 | 88,6 | 89,0 |
| Município | Mealhada | 86,3 | 86,9 | 86,8 |
| Município | Murtosa | 69,4 | 69,3 | 71,5 |
| Município | Oliveira do Bairro | 81,0 | 79,7 | 79,5 |
| Município | Ovar | 89,6 | 88,9 | 89,3 |
| Município | Sever do Vouga | 74,1 | 74,0 | 75,7 |
| Município | Vagos | 69,0 | 72,1 | 74,0 |
| Município | Castelo de Paiva | 65,9 | 65,7 | 68,0 |

Tabela 3 - Emprego por setor (DADOS: INE - CENSOS 2011, PORDATA)

| Concelho | Setor | | | | | |
|----------------------|----------|----------|------------|----------|-----------|----------|
| | Primário | | Secundário | | Terciário | |
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| Águeda | 192 | 99 | 6.785 | 3.582 | 4.229 | 6.112 |
| Albergaria-a-Velha | 133 | 93 | 3.443 | 1.404 | 2.373 | 3.394 |
| Anadia | 265 | 169 | 3.401 | 1.466 | 2.807 | 4.086 |
| Arouca | 399 | 204 | 2.975 | 1.206 | 1.930 | 2.432 |
| Aveiro | 274 | 109 | 7.400 | 2.789 | 10.469 | 14.750 |
| Castelo de Paiva | 117 | 53 | 2.301 | 849 | 1.364 | 1.466 |
| Espinho | 59 | 29 | 2.589 | 1.121 | 3.621 | 4.506 |
| Estarreja | 172 | 116 | 3.451 | 1.205 | 2.463 | 3.625 |
| Ílhavo | 578 | 135 | 3.473 | 1.613 | 2.463 | 6.364 |
| Mealhada | 94 | 83 | 2.122 | 751 | 2.438 | 3.484 |
| Murtosa | 496 | 152 | 957 | 299 | 841 | 1.251 |
| Oliveira de Azeméis | 203 | 177 | 11.266 | 6.509 | 5.566 | 7.801 |
| Oliveira do Bairro | 144 | 107 | 2.724 | 1.404 | 2.348 | 3.211 |
| Ovar | 181 | 119 | 6.269 | 3.327 | 6.099 | 7.651 |
| São João da Madeira | 15 | 5 | 2.684 | 1.794 | 2.318 | 3.124 |
| Santa Maria da Feira | 260 | 176 | 17.946 | 9.743 | 14.187 | 17.449 |
| Sever do Vouga | 115 | 98 | 1.721 | 618 | 983 | 1.490 |
| Vagos | 285 | 189 | 2.333 | 1.059 | 2.558 | 3.266 |
| Vale de Cambra | 113 | 83 | 3.521 | 1.611 | 1.709 | 2.563 |

Tabela 4 – Média salarial Homens e Mulheres no distrito de Aveiro

(Fontes/Entidades: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013), PORDATA)

| | Média salarial € | | Diferença Salarial € |
|----------------------|------------------|----------|----------------------|
| | Homens | Mulheres | |
| Albergaria-a-Velha | 1.229 | 958 | 271 |
| Águeda | 1.191 | 924 | 267 |
| Anadia | 1.103 | 920 | 183 |
| Arouca | 984 | 851 | 133 |
| Aveiro | 1.376 | 1.066 | 310 |
| Castelo de Paiva | 896 | 815 | 81 |
| Espinho | 1.087 | 934 | 153 |
| Estarreja | 1.398 | 970 | 428 |
| Ílhavo | 1.304 | 969 | 335 |
| Mealhada | 1.199 | 941 | 258 |
| Murtosa | 1.007 | 843 | 164 |
| Oliveira de Azeméis | 1.277 | 927 | 350 |
| Oliveira do Bairro | 1.146 | 920 | 226 |
| Ovar | 1.161 | 966 | 195 |
| Santa Maria da Feira | 1.174 | 967 | 207 |
| São João da Madeira | 1.204 | 948 | 255 |
| Sever do Vouga | 1.144 | 899 | 245 |
| Vagos | 1.114 | 952 | 162 |
| Vale de Cambra | 1.256 | 950 | 306 |

Tabela 5 - Explorações agrícolas (N.º) e Superfície Agrícola Útil (SAU) na região de Aveiro

| Ano | Total | SAU |
|-------------|-------|-------|
| 2019 | 6871 | 6783 |
| 2009 | 7813 | 7784 |
| 1999 | 14023 | 13946 |

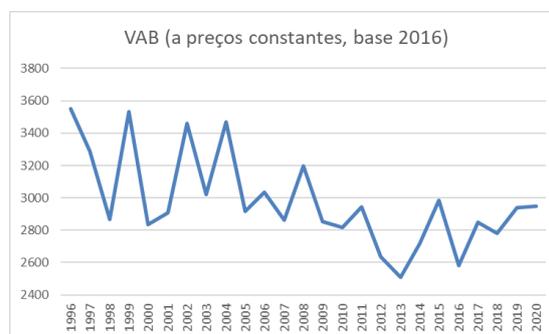


Figura 1: Conta de produção da agricultura (VAB a preços constantes (milhões de euros) de 2016; anual